



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 Aos 26 dias do mês de março do ano de 2013, no horário das 9h, na sala 312-1, Torre 1 -
2 3º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001,
3 Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a I sessão ordinária do
4 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada
5 e presidida pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença dos
6 seguintes Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Alda Sanches, substituta
7 pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; André Eterovic,
8 representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Alexsandro
9 Cardoso Carvalho, representante dos servidores técnicos administrativos; Arnaldo
10 Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do CCNH; Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de
11 pós-graduação; Daniel Pansarelli, representante docente do CCNH; Daniel Zanetti de
12 Florio, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
13 Aplicadas (CECS); Delcivan Francisco de Carvalho, representante dos técnicos
14 administrativos; Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de graduação; Douglas Alves
15 Cassiano, representante docente do CECS; Eduardo de Moraes Gregores, representante
16 docente do CCNH; Flavio da Silva Nogueira, representante dos técnicos administrativos;
17 Francisco de Assis Comarú, substituto pró-reitor de extensão; Gilberto Martins, diretor
18 do CECS; Guiou Kobayashi, representante docente do Centro de Matemática,
19 Computação e Cognição (CMCC); Harki Tanaka, representante docente do CECS;
20 Henrique de Abreu Piccolo, representante dos técnicos administrativos; Herculano da
21 Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor Leite Freire, representante
22 docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Igor Wanderley
23 Reis Dias, representante discente de pós-graduação; Jeverson Teodoro Arantes Junior,
24 representante docente do CECS; Joel Pereira Felipe; pró-reitor de assuntos comunitários e
25 políticas afirmativas; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Luiz Carlos da Silva
26 Rozante, representante docente do CMCC; Marcelo Augusto Christoffolete, representante
27 docente do CCNH; Marco Aurélio Cinaqui Amaral, representante discente de graduação;
28 Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de administração; Rafael Saad Fernandez, representante
29 docente de pós-graduação; Rafael Yokoingawa de Camargo representante suplente dos
30 docentes do CMCC; Raquel de Almeida Ribeiro, representante docente do CCNH;
31 Ruth Ferreira Galduroz, representante docente do CMCC; Silas de Melo Furtado,
32 representante discente de graduação; Vanessa Elias de Oliveira, representante suplente
33 dos docentes do CECS; Vladislav Kupriyanov, representante docente do CMCC;
34 Wellington Barbosa de Sousa, representante discente de graduação; Wesley Góis,
35 representante docente do CECS. Ausentes: Elienai de Almeida Reis, representante
36 discente de graduação; Jefferson José da Conceição, representante da comunidade civil;
37 Josiene Silva, representante da comunidade civil. Não-votantes: Soraya Cordeiro;
38 secretária-geral e Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos. Apoio: Daniely Dias
39 Campos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral.
40 Adriano Reinaldo Viçoto Benvenho; Antônio Claudio M. Padilha; Antônio Garrido
41 Gallego; Carlos Triveno Rios; Charles Morphy D. Santos; Daniel Dubosselard Comin
42 Lot; Debora Maria Medeiros; Fúlvio Riel Mendes; João Paulo Gois; José Carlos da
43 Silva; Kaue Guazeli Gomes; Luciana Zaterka; Maria Gabriela S.M.C. Marinho;



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 Reginaldo Fracasso, procurador-geral; Valterbásio de Araújo Alves; Vladimir Perchine.
2 Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão
3 às 9h17, com os **Informes do Reitor:** 1) professor Waldman empossa os novos membros
4 eleitos do ConsUni, a saber (titulares e suplentes, respectivamente): representantes do
5 CCNH, professores André Eterovic e Charles Morphy D. Santos; Daniel Pansarelli e
6 Luciana Zaterka; Eduardo de Moraes Gregores e André G. S. Landulfo; Herculano da
7 Silva Martinho e Wendel Andrade Alves; Marcelo Augusto Christoffolete e Adriano
8 Reinaldo Viçoto Benvenho; Raquel de Almeida Ribeiro e Fúlvio Rieli Mendes; do
9 CECS, Daniel Zanetti de Florio e Carlos Triveno Rios; Douglas Alves Cassiano e Júlio
10 Francisco Blumetti Facó; Harki Tanaka e Ronny Calixto Carbonari; Jeverson Teodoro
11 Arantes Junior e Antonio Garrido Gallego; Ricardo de Sousa Moretti e Vanessa Elias de
12 Oliveira; Wesley Góis e Maria Gabriela S. M. C. Marinho; do CMCC, Guiou Kobayashi
13 e Francisco Assis Zampirolli; Igor Leite Freire e João Paulo Gois; Luiz Carlos da Silva
14 Rozante e Maria de Lourdes Merlini Giuliani; Marcelo Bussotti Reyes e Raphael
15 Yokoingawa de Camargo; Ruth Ferreira Galduroz e Debora Maria Medeiros; Vladislav
16 Kupriyanov e Vladimir Perchine; dos discentes de graduação, Elienai de Almeida Reis e
17 Fernanda Matos de Souza; Marco Aurélio Cinaqui Amaral e Fábio Augusto Barcelos
18 Teixeira; Silas de Melo Furtado e Priscila Rédua Cabral; Wellington Barbosa de Sousa e
19 Kauê Guazzelli Gomes; dos discentes de pós-graduação, Igor Wanderley Reis Dias e
20 Antônio Cláudio M. Padilha; Rafael Saad Fernandez e Paulo Roberto Elias de Souza; dos
21 técnicos administrativos, Alexsandro Cardoso Carvalho e José Carlos da Silva; Delcivan
22 Francisco de Carvalho e Jorge Donizetti Rodrigues Júnior; Flavio da Silva Nogueira e
23 Daniel Dubosselard Comin Lot; Henrique de Abreu Piccolo e Valterbasio de Araujo
24 Alves; 2) apresenta relatório de produtividade dos últimos 2 anos do ConsUni, sendo
25 totalizadas 97 horas e 28 minutos de reuniões e 84 atos publicados; 3) comunica que
26 expiraram os mandatos de alguns Conselheiros em Comissões Assessoras do ConsUni, a
27 saber: Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA); Comissão de
28 Vagas de Concursos para Docentes do Magistério Superior e a Comissão de Política de
29 Segurança (CPS). Passou a palavra à secretária-geral, Soraya, que complementou
30 informações sobre os integrantes e solicitou que os Conselheiros indicassem os
31 representantes após a pausa para o almoço; 4) professor Waldman informa que a Reitoria
32 recebeu ofício da Câmara Municipal da cidade de Rio Grande da Serra, encaminhando
33 uma moção aprovada por seus vereadores, solicitando o apoio da UFABC e do Ministro
34 da Educação para a implantação de uma unidade da UFABC naquela cidade. Acrescenta
35 que estava agendada uma visita do prefeito da referida cidade à Reitoria nos próximos
36 dias. **Informes dos Conselheiros:** 1) professor Arnaldo solicita a passagem do item 7 do
37 Expediente para a Ordem do Dia alegando que os assuntos foram amplamente discutidos
38 nos Conselhos dos Centros e na Comissão de Vagas. Professor Gilberto Martins, no
39 ensejo, faz a mesma solicitação para os itens 8 e 9, pelo mesmo motivo. As propostas de
40 promoção são secundadas por diversos Conselheiros e aprovadas por unanimidade; 2)
41 professor Klaus informa que ocorrerão dois eventos na UFABC, ambos abertos para toda
42 comunidade acadêmica: Seminário sobre Gestão de Resíduos/Bioenergia com foco na
43 Recuperação de Energias e Matérias, em 27 de março, e um *workshop* “Estudar e



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 Pesquisador na Alemanha”, em 28 de março; 3) professor Joel comunica que ocorreu um
2 evento entre os dias 13 e 15 de março, promovido pelo Ministério da Educação, em que
3 participaram vários servidores da UFABC. Esse evento foi precedente de uma série de
4 ações de inclusão que serão realizadas ao longo do ano, entre elas a implantação de cotas
5 para pessoas com necessidade especiais na UFABC. Informa também que será realizado
6 entre os dias 10 e 12 de abril, na UFABC, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos
7 Comunitários Estudantis da Região Sudeste; 4) o representante dos técnicos
8 administrativos, Delcivan, propõe que no Expediente da próxima sessão ordinária seja
9 abordado o tema sobre a redução de jornada de trabalho, uma vez que o Grupo de
10 Trabalho (GT) já finalizou os estudos. Professor Waldman informa que foi criado o GT
11 para identificar quais áreas poderiam adotar o regime de 30h semanais dentro do previsto
12 na legislação e que a Reitoria já recebeu o relatório finalizado pelo GT, o qual vem sendo
13 analisado. Acrescenta ainda, que há a possibilidade de envio de proposta formalizada
14 para a discussão no Conselho, seguindo os trâmites do Regimento Interno do ConsUni; 5)
15 o representante dos técnicos administrativos, Flávio, comunica o não cumprimento, por
16 parte do Governo Federal, de acordo firmado durante a greve, em relação aos reajustes
17 salariais dos servidores aposentados. Acrescentou que estavam ocorrendo mobilizações
18 com foco nessa questão; 6) o representante dos técnicos administrativos, Alexsandro,
19 informa que o Sindicato dos Trabalhadores da UFABC (SintUFABC) estava participando
20 de uma campanha nacional pela anulação da reforma da previdência de 2003, que já
21 possui ação tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 24 de abril, haverá
22 uma marcha nacional à Brasília, como forma de manifestação; 7) o representante dos
23 técnicos administrativos, Henrique, quanto à questão das reivindicações dos trabalhadores
24 do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), informa que foi aberta uma sindicância
25 para apuração das denúncias e que os servidores entregaram seus cargos de chefia e
26 assinaram um acordo para não aceitarem cargos até a solução da situação; 8) professor
27 Dalpian solicita a promoção do item 1 do Expediente para a Ordem do Dia. Proposta
28 secundada e aprovada por unanimidade. Solicita também que o item 5 do Expediente
29 fosse retirado de pauta, fato esse, motivado pelo Art. 3º da Resolução ConsUni nº 84, em
30 que consta que o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
31 (CETIC) possui competência para elaborar, aprovar e, se necessário, modificar seu
32 Regimento Interno, não sendo necessária deliberação por esta Instância. Informou, ainda,
33 que o GT finalizou o documento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e
34 que em breve seriam convocadas sessões extraordinárias deste Conselho para discussões
35 e finalização do documento; 9) professor Daniel Pansarelli solicita a promoção do item
36 10 do Expediente para a Ordem do Dia, em razão de a Coordenação de Aperfeiçoamento
37 de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ter alterado seu calendário para solicitação de
38 abertura de cursos. No ensejo, professora Maria Gabriela faz a mesma solicitação com
39 relação aos itens 11 a 14 pelo mesmo motivo. Encaminhados para votação, os itens 10 a
40 13 são passados para a Ordem do Dia e o item 14 permanece no Expediente; 10) o
41 representante discente da pós-graduação, Igor, comunica que, entre os dias 25 e 29 de
42 março, ocorrerá a Organização Nacional dos Pós-Graduandos pela campanha de bolsas
43 em nível de mestrado e doutorado; 11) professor Comarú informa que na semana passada



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 teve início o processo de organização do evento “UFABC Para Todos”, havendo previsão
2 no calendário acadêmico para o evento ocorrer nos dias 5 e 6 de junho; 12) o
3 representante discente da graduação, Wellington, posiciona a todos sobre a falta de
4 segurança no interior e ao redor do câmpus de Santo André, informando que os alunos
5 organizavam uma manifestação para o próximo dia 5 de abril. Professor Waldman
6 ressalta que se trata de um problema que vinha se agravando e que a Reitoria estaria à
7 disposição para tentar solucionar a questão. **Ordem do Dia:** Ata da III sessão ordinária
8 de 2012, realizada em 11 de dezembro de 2012, 5 e 26 de fevereiro de 2013. Não havendo
9 observações, o documento é encaminhado à votação. Aprovado com 10 abstenções.
10 Autorização do afastamento do reitor, ao exterior, conforme Ofício Circular nº 596/2009-
11 GMMEC, de 11 de maio de 2009 e Portaria Ministerial nº 404/2009, Art. 2º, para o
12 evento: ICTON 2013 - 15th Anniversary International Conference on Transparent Optical
13 Networks, que será realizado em Cartagena, Espanha, de 23 a 27 de junho de 2013.
14 Professor Dalpian explica que, pela legislação, é necessário que o ConsUni aprove o
15 afastamento do reitor para a participação no evento. Não havendo discussões, encaminha-
16 se o item para votação. Aprovado por unanimidade. Redistribuição de docentes, em
17 concordância com o Art. 1º, inciso II, da Resolução ConsUni nº 19 que atribui à
18 Comissão de Vagas de Concursos para Docentes: “Propor a redistribuição de docentes de
19 outras IFES” do professor Hueder Paulo Moisés de Oliveira. Professor Arnaldo apresenta
20 a síntese do currículo Lattes do professor e relata que a solicitação foi encaminhada para
21 as áreas de Licenciatura em Química, Bacharelado em Química e Pós-Graduação em
22 Química, seguindo os procedimentos do (CCNH), que emitiram parecer favorável à
23 redistribuição. O pedido, juntamente com os pareceres, foi encaminhado para o Conselho
24 do Centro e para a Comissão de Vagas, que também foram favoráveis à redistribuição.
25 Após esclarecimento de alguns questionamentos, o item é encaminhado para votação.
26 Aprovado por unanimidade. Redistribuição de docentes, em concordância com o Art. 1º,
27 inciso II, da Resolução ConsUni nº 19 que atribui à Comissão de Vagas de Concursos
28 para Docentes: “Propor a redistribuição de docentes de outras IFES” do professor Luiz
29 Alberto Luz de Almeida. Professor Gilberto apresenta o histórico das atividades do
30 docente, em especial, sua participação no I Encontro de Bacharelados Interdisciplinares
31 da UFABC. Explicita que a solicitação foi encaminhada às diversas áreas das
32 Engenharias, que manifestaram interesse, emitindo pareceres favoráveis. O pedido de
33 redistribuição e os pareceres das áreas foram enviados ao Conselho de Centro e Comissão
34 de Vagas, cujos pareceres também foram favoráveis. Não havendo discussão, o item é
35 encaminhado para votação. Aprovado por unanimidade. Redistribuição de docentes, em
36 concordância com o Art. 1º, inciso II, da Resolução ConsUni nº 19 que atribui à
37 Comissão de Vagas de Concursos para Docentes: “Propor a redistribuição de docentes de
38 outras IFES” do professor Luís Roberto de Paula. Professor Gilberto relata sobre o
39 currículo Lattes do professor, salientando suas sólidas formação na área de Antropologia
40 Social e produção na área de Planejamento Rural. Alguns Conselheiros questionam sobre
41 o currículo do docente e sobre a possibilidade de longos afastamentos, devido à sua área
42 de atuação. Diversos Conselheiros concordam que a experiência do docente em sua área é
43 de extrema importância para a UFABC e alegam que os casos de afastamento



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 independem da área dos docentes. Após comentários, a redistribuição é encaminhada para
2 votação. Aprovado com 28 votos favoráveis e 4 abstenções. Proposta de criação do curso
3 de pós-graduação stricto sensu em Filosofia em nível de mestrado. Na apresentação da
4 proposta, professor Kamienski solicita a promoção do item para a Ordem do Dia, devido
5 ao prazo para a submissão das propostas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
6 de Nível Superior ter sido alterado para o dia 9 de maio. Professor Igor relembra uma
7 proposta da professora Itana Stiubiener, quando conselheira, que sugeria o seguinte:
8 sempre que o ConsUni aprovar um curso de mestrado, automaticamente aprove o
9 doutorado. Professora Maria Gabriela esclarece que, na época seriam aprovações para
10 próximos cursos. A partir disso, professor Dalpian averigua a ata da III sessão ordinária
11 de 2012, página 13, linha 32 e esclarece que trata apenas de uma sugestão, algo que não
12 foi deliberado pelo Conselho. Professor Gregores verifica que, no regimento da UFABC
13 que compete ao ConsUni a aprovação de cursos de pós-graduação, ressaltando que o
14 nível não é mencionado. Observa que para a CAPES, as propostas devem ser feitas
15 separadamente, no entanto, acredita que a partir da criação do curso de mestrado
16 automaticamente o doutorado está aprovado. Retomando o tema em pauta, professor
17 Kamienski pontua que todas as propostas foram aprovadas pela Comissão de Pós-
18 Graduação (CPG), dessa forma, apresentam-se tecnicamente corretas. Esclarece alguns
19 comentários a respeito do aumento da carga didática quando se cria um novo curso de
20 pós-graduação. Destaca que a referida proposta vem sendo elaborada há dois anos e tem
21 16 docentes permanentes e a possibilidade de ter 12 vagas anuais. Após secundada,
22 professor Waldman encaminha para votação a passagem do item para Ordem do Dia.
23 Aprovada por unanimidade. Professor Herculano considera que, de acordo com os
24 critérios da CAPES, a referida proposta apresenta-se adequada também em nível de
25 doutorado. Professor Kamienski concorda, acrescentando que o coordenador da área foi
26 quem aconselhou a não inclusão do doutorado nesta proposta. Solicita ao Conselho que
27 aprove a criação do mestrado e doutorado, mesmo que, nesse momento, o doutorado não
28 seja submetido à CAPES. Professora Luciana Zaterka acrescenta que vem acompanhando
29 o processo de estruturação do curso e afirma que a área da Filosofia é tradicional. Propõe
30 ao ConsUni aprovar a submissão de mestrado e doutorado, no entanto, submeta à CAPES
31 somente o mestrado, com o objetivo de amadurecer o corpo docente para o nível de
32 doutorado. Professor Gregores salienta que, ao aprovar o curso de mestrado, seja
33 encaminhado o doutorado para a aprovação. Considera que todos os docentes da UFABC
34 devem ser capazes de orientar um curso de doutorado. Professor Daniel de Flório
35 complementa que devem enfrentar as regras da CAPES e submeter à aprovação mestrado
36 e doutorado. Por fim, questiona a possibilidade de a CAPES não aprovar o curso em nível
37 de mestrado. Professor Kamienski esclarece que o curso de Ciência e Tecnologia
38 Ambiental não foi aprovado em nenhum nível. O representante dos discentes da
39 graduação, Marco Aurélio, reitera a autonomia que a UFABC possui para criar cursos e
40 destaca submeter à CAPES somente os resultados para facilitar algum custeio de bolsas,
41 por exemplo. Com isso, professor Kamienski esclarece que a comunidade acadêmica
42 pensa como a CAPES e pontua que o Conselho Nacional de Educação somente valida
43 diplomas de cursos recomendados pela referida Fundação. Professor Dalpian informa



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 ainda, que a criação dos cursos cabe ao ConsUni e é favorável à aprovação do mestrado e
2 doutorado. Nesse momento, ressalta a competência do ConsEPE que consiste na
3 aprovação do plano do curso. De acordo com essa colocação, professor Waldman
4 comenta a análise da evolução da UFABC e os indicadores de produção científica
5 avaliando-a como positiva. Quanto aos indicadores de pós-graduação considera-os mais
6 lentos, pois leva certo tempo para a CAPES aprovar os cursos. Mostra-se favorável à
7 aprovação do mestrado e doutorado. Professor Waldman solicita ao procurador, doutor
8 Reginaldo, que explique sobre a questão jurídica e esse esclarece que o Conselho deve
9 deliberar acerca do mestrado. Caso o ConsUni inclua o doutorado, percebe que estará
10 deliberando sobre uma proposta que não consta em pauta. À ocasião, professor
11 Kamienski solicita alteração na pauta para inclusão do nível de doutorado. Nesse sentido,
12 professor Waldman esclarece que a área demandante propôs a alteração, não havendo
13 necessidade de votação. E, nesse contexto, professor Jeverson questiona se a inclusão e
14 aprovação do nível de doutorado ocasiona algum problema, mesmo não constando em
15 pauta. Professor Waldman explica que o plano de curso não está relacionado à criação
16 desse, pois é competência do ConsEPE a deliberação do desse plano. Considerando o
17 exposto, professor Kamienski confirma positivamente e acrescenta que, ao enviar o
18 documento ao ConsEPE com a proposta de mestrado, fará adequações para o nível de
19 doutorado. O representante dos discentes da graduação, Silas, indaga sobre a
20 possibilidade de alteração na pauta no decorrer da reunião. A esse questionamento,
21 professor Waldman esclarece que quando tal proposta de alteração parte da área
22 demandante é permitida realizá-la. Após discussões, professor Waldman encaminha o
23 documento para votação com a proposta de criação do curso em nível de mestrado e
24 doutorado. Documento aprovado por unanimidade. Como nenhum dos participantes
25 desejasse fazer uso da palavra, o reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a
26 primeira parte da sessão às 12h12. -----

27 Aos 26 dias do mês de março do ano de 2012, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 -
28 3º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001,
29 Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a segunda parte da I sessão
30 ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente
31 convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença
32 dos seguintes Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Alda Maria Napolitano
33 Sanches, substituta pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional;
34 Alessandro Cardoso Carvalho, representante dos servidores técnicos administrativos;
35 André Eterovic, representante docente do CCNH; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior,
36 diretor do CCNH; Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Daniel
37 Pansarelli, representante docente do CCNH; Daniel Zanetti de Florio, representante
38 docente do CECS; Delcivan Francisco de Carvalho, representante dos técnicos
39 administrativos; Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de graduação; Douglas Alves
40 Cassiano, representante docente do CECS; Eduardo de Moraes Gregores, representante
41 docente do CCNH; Elienai de Almeida Reis, representante discente de graduação (a partir
42 das 16h13); Flavio da Silva Nogueira, representante dos técnicos administrativos;
43 Francisco de Assis Comarú, substituto pró-reitor de extensão; Gilberto Martins, diretor



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 do CECS; Guiou Kobayashi, representante docente do CMCC; Harki Tanaka,
2 representante docente do CECS; Henrique de Abreu Piccolo, representante dos técnicos
3 administrativos; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor
4 Leite Freire, representante docente do CMCC; Igor Wanderley Reis Dias, representante
5 discente de pós-graduação; Jeverson Teodoro Arantes Junior, representante docente do
6 CECS; Joel Pereira Felipe; pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas;
7 Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Luiz Carlos da Silva Rozante,
8 representante docente do CMCC; Marcelo Augusto Christoffolete, representante docente
9 do CCNH; Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de administração; Rafael Saad Fernandez,
10 representante docente de pós-graduação; Raphael Yokoiingawa de Camargo,
11 representante suplente docente do CMCC; Raquel de Almeida Ribeiro, representante
12 docente do CCNH; Ruth Ferreira Galduroz, representante docente do CMCC; Silas de
13 Melo Furtado, representante discente de graduação; Valdecir Marvulle, diretor do
14 CMCC; Vanessa Elias de Oliveira, representante suplente docente do CECS; Vladislav
15 Kupriyanov, representante docente do CMCC; Wellington Barbosa de Sousa,
16 representante discente de graduação e Wesley Góis, representante docente do CECS.
17 Ausentes: Jefferson José da Conceição e Josiene Silva, representantes da comunidade
18 civil; Marco Aurélio Cinaqui Amaral, representante discente de graduação. Não-votantes:
19 Simone Diniz, coordenadora *pro tempore*, do curso de pós-graduação em Políticas
20 Públicas; Soraya Cordeiro; secretária-geral e Fabiane Alves, chefe da Divisão de
21 Conselhos. Apoio: Aline Regina Bella e Aline Santiago Barboza, assistentes em
22 administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após
23 cumprimentar os presentes, abre a segunda parte da sessão às 14h16, afirmando que,
24 conforme combinado no período da manhã, deveriam ser escolhidos os Conselheiros que
25 representariam o ConsUni nas seguintes Comissões: Comissão de Natureza Orçamentária
26 e Administrativa (CANOA); Comissão de Vagas de Concursos para Docentes para o
27 Magistério Superior da UFABC e Comissão de Políticas de Segurança (CPS). Explicou a
28 composição de cada uma das Comissões. Para a CANOA, ficaram definidos os seguintes
29 representantes: a) discente de graduação: Silas de Melo Furtado; b) discente de pós-
30 graduação: Igor Wanderley Reis Dias; c) técnico administrativo: Daniel Dubosselard
31 Comin Lot; d) docente: Wesley Góis. Já para a Comissão de Vagas, os representantes
32 docentes serão: a) do CMCC, professor Igor Leite Freire; b) do CECS, professor Douglas
33 Alves Cassiano; c) do CCNH, professor Daniel Pansarelli. Por fim, para comporem a
34 CPS, ficaram definidos os seguintes representantes: a) técnico administrativo: Valterbasio
35 de Araújo Alves; b) discente de graduação: Wellington Barbosa de Sousa; c) docente do
36 CMCC: Francisco Assis Zampirolli; d) docente do CCNH: Wendel de Andrade Alves; e)
37 docente do CECS: Jeverson Teodoro Arantes Junior. Expediente: Proposta de criação do
38 curso de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Humanas e Sociais em nível de
39 doutorado. Professor Kamienski destaca que o curso de pós-graduação em nível de
40 mestrado vem sendo ministrado desde o ano de 2011 e o objetivo do doutorado consiste
41 em oferecer ao aluno a continuidade dos estudos após o mestrado. Informa que a
42 coordenadora do curso é a professora Ana Keila Pinezi, complementando que o programa
43 conta com 12 docentes e serão oferecidas 10 vagas anuais. Após apresentação, o relator



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 solicita a passagem do item para a Ordem do Dia. Depois de secundada pelos
2 Conselheiros, tal proposta é votada e aprovada por unanimidade. Professor Wesley passa
3 a palavra para sua suplente, professora Maria Gabriela, que destaca a qualidade dos
4 trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. Sugere uma resolução que determine que ao
5 criar cursos de pós-graduação, haja uma proposta conjunta para criar mestrado e
6 doutorado. A esse questionamento, professor Waldman esclarece que há a possibilidade
7 de ser pautado, porém, recomenda não considerar tal proposta para esse item, pois, pode
8 restringir uma eventual proposta de mestrado. Dessa forma, professora Maria Gabriela
9 ressalta a necessidade de criação de uma resolução que estabeleça os procedimentos.
10 Professor Waldman propõe que seja encaminhada proposta para a Secretaria-Geral,
11 juntamente com a solicitação de inclusão na pauta da sessão ordinária seguinte. Considera
12 que uma resolução que solicita a criação conjunta de mestrado e doutorado poderá, no
13 futuro, restringir atos decisórios de cursos como, por exemplo, o Programa de Mestrado
14 Profissional em Matemática (Profmat), que é somente em nível de mestrado e foi
15 aprovado há pouco tempo. O representante dos discentes de pós-graduação, Rafael Saad,
16 pontua que é essencial ter outro curso com essa ênfase e mostra-se favorável à criação do
17 doutorado. E nesse contexto, professor Dalpian, considera a proposta interessante, pois
18 marca a ousadia da UFABC, expondo que também é favorável à aprovação. Findas as
19 discussões, professor Waldman encaminha proposta de criação de curso para votação.
20 Aprovado por unanimidade. Proposta de criação do curso de pós-graduação stricto sensu
21 em Engenharia de Produção em nível de mestrado e doutorado. Professor Kamienski
22 relata que o curso de pós-graduação em Engenharia de Produção será formado por um
23 grupo de 10 docentes e que se pretende submeter a proposta ao Comitê de Engenharias III
24 da CAPES. Serão 15 vagas para o mestrado e 5 para o doutorado ao ano. Recorda que
25 outra proposta, do mestrado profissional em Engenharia de Gestão, já foi aprovada nos
26 Conselhos no ano de 2011, mas não obteve aprovação pela CAPES. Afirma terem
27 percebido que alguns trechos das duas propostas estavam idênticos, mas esclarece que já
28 está se trabalhando a respeito. Solicita ao ConsUni que, ao analisar a proposta, a vejam
29 com olhos estratégicos para a UFABC. Explica que, para a CAPES, o aspecto mais
30 importante é a produção intelectual e o grupo de docentes. Nesse sentido, a proposta
31 encontra-se muito bem posicionada. Assim, solicita que o item seja promovido à Ordem
32 do Dia. Proposta secundada. Aprovado por unanimidade. Professor Douglas Cassiano
33 esclarece que alguns docentes que participaram da elaboração da primeira proposta o
34 procuraram porque tiveram conhecimento dessa nova proposta e notaram que, realmente,
35 havia trechos idênticos nos dois documentos. Posiciona-se favorável à nova proposta.
36 Porém, recomenda que, quando a aprovação do plano de curso pela Instância competente,
37 o texto seja revisado. O representante discente da graduação, Silas, considera muito
38 importante a proposta, mas relata a dificuldade de os alunos da área realizarem a
39 Iniciação Científica. Professor Herculano percebe um ponto frágil na proposta: a
40 disparidade entre a produção científica dos docentes do curso. Salienta que um dos
41 docentes apresenta uma produtividade muito maior que os outros e, sem esse docente,
42 talvez o curso não poderia ser enquadrado nos parâmetros da CAPES. Professor
43 Kamienski explica que, na página 27 do documento, há duas tabelas: 1) produção



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 científica nos últimos dois anos; 2) produção científica em toda a carreira. Admite a
2 disparidade de um dos docentes em relação aos outros, mas informa que se teve o
3 cuidado de realizar a análise com e sem o docente e, em ambos os casos, a proposta fica
4 acima do índice exigido pela CAPES. Professor Daniel de Florio questiona acerca das
5 propostas com trechos idênticas. Afirmar ter sido informado que alguns dos docentes que
6 participaram da primeira proposta não quiseram participar do corpo docente da nova
7 proposta e que isso o deixou preocupado. Opina que a proposta não é tão interessante
8 para a UFABC quanto parece. Professor Douglas Cassiano acredita que essa não seja a
9 instância para a questão do texto ser discutida. Quanto à escolha dos docentes, acredita
10 que não devem ser parâmetro para a não continuação da proposta. Professor Florio
11 discorda, afirmando ser dever do ConsUni zelar pela integridade do corpo docente.
12 Professor Gilberto acredita que o ConsUni deva preocupar-se com a questão estratégica e
13 afirma ser interessante para a UFABC ter um programa de pós-graduação em Engenharia
14 de Produção. Professor Arnaldo afirma estar desconfortável em votar, pois não tinha
15 conhecimento dos dois textos idênticos. Propõe que o assunto seja suspenso e tratado na
16 continuação da sessão, após apreciação pelo ConCECS. Após a proposta de suspensão ser
17 secundada, professor Waldman a encaminha para votação. Aprovado com 31 votos
18 favoráveis e 2 abstenções. O item permanece na pauta e será discutido na continuação
19 dessa reunião. Proposta de criação do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas
20 Públicas em nível de mestrado e doutorado. Professor Kamienski informa que a proposta
21 originou-se de um grupo de docentes formado a partir da criação do curso de graduação
22 em Políticas Públicas. Expõe que o coordenador do curso mostrou-se muito positivo
23 quanto à submissão, à CAPES, das propostas em ambos os níveis, mestrado e doutorado,
24 uma vez que a instituição tem incentivado propostas dessa área. Ressalta que o
25 coordenador do curso será o professor Klaus Frey e que o corpo docente será composto
26 por 11 professores, sendo 10 permanentes. Ainda, pretende-se oferecer 20 vagas anuais
27 em nível de mestrado e 8 em nível de doutorado. Informa que a proposta ainda não foi
28 aprovada no ConCECS e solicita a passagem do item à Ordem do Dia. Professor
29 Waldman indaga se não seria melhor que seja dado o mesmo encaminhamento do item
30 anterior, ou seja, suspender a discussão, mantendo o item na pauta da reunião até a sua
31 continuação. Professor Joel considera que se deva dar ao item o mesmo encaminhamento
32 do item anterior, apenas, se ocorrerem divergências entre os Conselheiros. Professor
33 Rozante pede esclarecimentos quanto a uma Resolução aprovada pelo ConsEPE que
34 dispõe sobre o fluxo de criação de cursos e aprovação de disciplinas. Indaga se tal
35 resolução é válida, também para os cursos de pós-graduação. Professor Waldman explica
36 que não há relação entre a referida Resolução e os cursos de pós-graduação. Professor
37 Gregores afirma que o Art. 5º do Regimento da Pós-Graduação da UFABC determina o
38 fluxo de criação de cursos e dispõe que os cursos se originem nos Centros. Assim,
39 enquanto não houver manifestação do Centro, não é regimental a aprovação de um curso
40 pelo ConsUni. Questiona se o curso de pós-graduação em Filosofia já foi aprovado pelo
41 Conselho de Centro de CCNH; ao que lhe é respondido que não. Professor Daniel
42 Pansarelli afirma que, pelo Regimento, a proposta para criação de cursos deve ser
43 encaminhada pela Diretoria dos Centros, não, necessariamente tendo sido aprovada pelo



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 Conselho do respectivo Centro. Acredita que os itens da pauta sejam casos sensivelmente
2 distintos e deve-se considerar a antecipação do prazo para submissão de propostas à
3 CAPES. Professor Kamienski percebe que será necessária uma análise mais profunda dos
4 regimentos, de modo a esclarecerem-se as dúvidas expostas. Explica que, até então, os
5 procedimentos de criação de cursos de pós-graduação têm se iniciado pelos grupos de
6 docentes que se interessam em elaborar as propostas. Já os Conselhos de Centro têm a
7 finalidade de aprovar a participação dos docentes nesses cursos. Assim, acredita ser
8 incompatível com as necessidades da UFABC o exposto por professor Gregores, uma vez
9 que os cursos de pós-graduação não estão vinculados aos Centros e há cursos que
10 agregam docentes de mais de um Centro. Professor Waldman entende que o ConsUni
11 possa chamar para si a competência de qualquer outro órgão, uma vez que consiste no
12 órgão deliberativo máximo da UFABC. Entretanto, não é desejo da Mesa ou dos
13 Conselheiros esvaziar as competências de outros órgãos da UFABC. Os cursos de pós-
14 graduação não estão vinculados aos Centros como os cursos da graduação. Não gostaria
15 de retomar decisões que já tenham sido tomadas, embora reconheça que uma eventual
16 decisão que já tenha sido tomada à revelia de algum Conselho de Centro possa,
17 legitimamente, ser contestada pelo ConsUni. Professora Raquel indaga quanto à
18 quantidade de docentes permanentes no projeto, pois, na página 35, consta que há 11
19 docentes, dos quais 8 são permanentes, mas há um trecho que versa “*Após a aprovação*
20 *do Programa em Políticas Públicas, os três professores que ainda são professores*
21 *permanentes dos Programas de Planejamento e Gestão do Território e Ciências*
22 *Humanas e Sociais, passarão para a condição de colaboradores”*. Professora Simone
23 Diniz informa fazer parte do grupo que tomou a iniciativa de elaborar a proposta de pós-
24 graduação em Políticas Públicas. Quanto ao questionamento feito por professora Raquel,
25 explica que houve um consenso entre os docentes do Bacharelado em Políticas Públicas
26 no sentido de estabelecer um programa que formasse parceria com os programas já
27 existentes, a fim de se manter a interdisciplinaridade. Dois professores manifestaram
28 interesse em transferirem-se para o programa de Políticas Públicas e dois professores
29 ficariam permanentes em dois programas. O Comitê de Ciência Política posicionou-se
30 favoravelmente a essa situação. Professor Comarú lê o Art. 5º do Regimento Geral da
31 Pós-Graduação: “*A proposta de criação de um novo Curso de Pós-Graduação deve ser*
32 *enviada pela Coordenação do Curso à Diretoria de um dos Centros ao(s) qual(is) ele*
33 *estará vinculado, e por esta à CPG.”* A seu ver, fica claro que não se trata do Conselho
34 de Centro. Professor Kamienski informa que os encaminhamentos não são feitos
35 formalmente, por meio de Comunicação Interna, mas certamente os diretores de Centro
36 estão interados quanto ao processo. Professor Waldman considera que o ConsUni poderá
37 prosseguir com as discussões e deliberar, o que seria oportuno por conta dos prazos.
38 Porém, caso esteja-se sobrepassando algum outro órgão que deveria ter se manifestado, é
39 possível que haja uma contestação posterior. Não havendo mais inscritos e secundada a
40 proposta de passagem do item à Ordem do Dia, prossegue à votação. Aprovado com 1
41 voto contrário. Professor Gilberto alerta que as propostas, ao passarem pela Comissão de
42 Novos Cursos de Pós-Graduação (CNPGE), estão sendo encaminhadas, diretamente, à
43 Comissão de Pós-Graduação (CPG). Ressalta que deveria haver um encaminhamento



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 prévio por parte da CNPG aos Centros. Professor Dalpian alerta os Conselheiros para
2 considerarem os pressupostos da UFABC de alcançar excelência em pesquisa. Para isso,
3 afirma haver a necessidade de criação de novos cursos de pós-graduação. Não havendo
4 mais inscritos, professor Waldman coloca a proposta em votação. Aprovado com 1 voto
5 contrário, a saber, professor Eduardo Gregores, que declara seu voto contrário por
6 considerar que o rito de aprovação do curso não está em conformidade legal, uma vez que
7 o ConsUni não votou pela suspensão do Regimento Geral da Pós-Graduação. O
8 procurador-geral, doutor Reginaldo, esclarece que o ConsUni tem a competência de
9 deliberar. Não percebe a ilegalidade exposta por professor Gregores, uma vez que a
10 Diretoria dos Centros está presente em todos os cursos deliberados. Professor Igor Leite
11 sugere que ou se deva mudar aquilo que está preconizado no Regimento Geral da Pós-
12 Graduação, ou segui-lo. Professor Kamienski informa que o referido Regimento está
13 sendo revisado e pretende-se eliminar esse tipo inconsistência. Professor Gregores indaga
14 se o Conselho de Centro tem poder para negar um curso já aprovado pelo ConsUni. A seu
15 ver, caso a resposta seja negativa, o ConsUni, impõe a criação de cursos aos Centros.
16 Professor Waldman explica que, caso qualquer parte sinta-se prejudicada, poderá
17 interpor um recurso quanto à decisão. Professor Joel explica que, de acordo com o
18 Regimento da Pós-Graduação, quem deve aprovar um novo curso é a CPG. Há, sim, um
19 rito de passagem pelo Centro, mas não está claro como a essa passagem dar-se-á.
20 Acredita que o ConsUni possa encaminhar uma recomendação à CPG ou ao pró-reitor de
21 pós-graduação para que o Regimento seja reformulado no prazo mais breve possível, de
22 modo a esclarecer a tramitação. A Mesa acata a posição do professor Joel e encerra a
23 discussão do item. Minuta de Resolução que dispõe sobre eleição de reitor e vice-reitor.
24 Professor Waldman inicia relato informando que o mandato dessa Reitoria encerra-se em
25 fevereiro de 2014 e lembra que a Resolução ConsUni nº 29 regulamentou as eleições de
26 reitor para o atual mandato. Quando da análise dessa resolução, foi constatada a
27 necessidade de alteração de alguns pontos, a saber: a) alteração da votação manual para
28 eletrônica, maneira que já vem sendo feita; b) composição do Colégio Eleitoral como
29 sendo o próprio ConsUni, sem a necessidade de incluir nesse Colégio, representantes do
30 ConsEPE, tendo em vista que o ConsUni, após aprovação do novo Estatuto da UFABC,
31 passou a contemplar o exigido em lei, a saber, composição de 70% de membros docentes;
32 c) eleições realizadas em chapas, tendo por base o Ofício Circular nº 01/2013 do MEC,
33 que prevê a possibilidade de eleições por chapas. Explica sobre os mandatos, destacando
34 que caso o reitor seja impedido de exercer sua função, o vice-reitor assumirá o exercício
35 do cargo até a convocação de novas eleições, que ocorrerão no prazo máximo de 60
36 (sessenta) dias. Relembra que o assunto passou pelo Expediente da última sessão, ainda
37 com a composição anterior, ficando acordado que seria mantido no Expediente, de modo
38 que os membros recém-empossados pudessem acompanhar as discussões do Expediente
39 para, então, na sessão seguinte, deliberar sobre o tema. Professor Igor sugere que o
40 ConsUni nomeie a Comissão Eleitoral ou solicite que cada Centro indique seu
41 representante docente, que será submetido ao Conselho, que definirá, dentre os indicados,
42 seu presidente. Questiona se a consulta pública terá ocorrido, quando o assunto constar na
43 Ordem do Dia, para permear as deliberações. Professor Waldman esclarece que essa é a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 expectativa. Professor Marvulle considera que o período de campanha eleitoral é
2 importante para um debate de ideias e sugere que esse período tenha duração pelo menos
3 um mês. Professor Klaus sugere que, no item 2.3, onde se lê: “até a convocação de novas
4 eleições”, leia-se: “até a posse do reitor eleito”. Professor Rozante questiona como será
5 tratada a situação em que haja algum impedimento de qualquer dos candidatos, estando
6 eles inscritos e os sistemas de votação preparados. Solicita também que fique claro como
7 serão indicados os técnicos administrativos que comporão a Comissão. Com relação ao
8 primeiro questionamento, professor Waldman esclarece que é um caso omissivo, portanto,
9 não previsto, acrescentando que se deve estudar uma regulamentação para casos de
10 substituição de membros das chapas. Com relação ao segundo posicionamento, pontua
11 que a Resolução está em aberto e que a área demandante aceita sugestões para esse caso,
12 citando proposta do professor Igor, referente à escolha dos membros docentes. Salienta,
13 no entanto, que a escolha dos técnicos administrativos deve ser permeada pelo
14 conhecimento técnico que tal função exigirá, podendo ser considerada experiência na
15 organização de outras eleições. O representante discente de graduação, Silas, questiona se
16 há tempo mínimo do docente na UFABC para candidatura, se há previsão de reeleição e
17 se o calendário das eleições será submetido ao ConsUni. Por fim, sugere que, conforme
18 tem sido feito, os candidatos atuem como fiscais. Professor Waldman explica que a ideia
19 de não submeter o calendário ao ConsUni é baseada na possibilidade de, caso haja
20 alteração de datas, por motivos técnicos, não se faça necessária convocação de sessão
21 extraordinária deste Conselho. Pontua que a legislação vigente exige que o candidato
22 possua título de doutorado e permite uma recondução, não havendo nada sobre tempo do
23 docente na instituição. Esclarece que a organização da lista tríplice é competência do
24 Colégio Eleitoral que, tradicionalmente, no meio acadêmico, costuma manter a escolha
25 da consulta pública, não sendo, porém, sua obrigação. Caso não haja 3 chapas inscritas,
26 será escolhido para compor a lista tríplice o professor mais antigo em efetivo exercício.
27 Professor Daniel Pansarelli acredita que caso haja intenção de o reitor recandidatar-se, a
28 instituição da Comissão por parte da Reitoria pode soar como falta de transparência.
29 Sugere também que as chapas sejam formadas por docentes de Centros distintos. O
30 representante dos técnicos administrativos, Aleksandro, pondera que há uma comunidade
31 acadêmica, dividida em três setores, previstos no título 4 do Estatuto da UFABC e que,
32 portanto, deveria ter peso igualitário. Torna público acordo feito, em reunião com as
33 entidades representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos, que definem
34 os parâmetros para a consulta pública à comunidade. As áreas envolvidas são: Reitoria;
35 Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Secretaria-Geral;
36 Associação dos Docentes da UFABC; Sindicato dos Trabalhadores das Universidades
37 Federais do ABC; Associação dos Alunos de Pós-Graduação (APG); Diretório Central
38 dos Estudantes (DCE) e Diretório Acadêmico (DA-SBC). Os participantes são: Helio
39 Waldman, reitor; Eloisa Quitério, chefe de gabinete Reitoria; Joel Pereira Felipe, pró-
40 reitor da ProAP; Soraya Cordeiro, secretária-geral; Armando Caputi, representante da
41 Associação Docentes da UFABC; Aleksandro Cardoso Carvalho, representante do
42 Sindicato dos TAs; Josué da Silva Santos, representante da APG; Gabriel Camargo de
43 Carvalho, presidente do DCE; Thiago Moraes Ceratti Ribeiro, secretário DCE e Mariana



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 de Campos, representante do DA SBC. Passa à leitura do documento: “*Objetivo da*
2 *reunião: discussão acerca da realização da consulta pública sobre os critérios mais*
3 *adequados para serem seguidos na escolha do próximo reitor e vice-reitor. Esclareceu-*
4 *se que todos os presentes são favoráveis a consultar a comunidade acadêmica sobre este*
5 *assunto, a fim de subsidiar a decisão do ConsUni na regulamentação da formulação da*
6 *lista tríplice. Portanto, a realização da consulta pública com a participação da Reitoria e*
7 *das entidades sindicais e estudantis é consensual, porém, desde que a divergência quanto*
8 *às alternativas a serem consideradas pela consulta sejam sanadas. Após a apresentação*
9 *de argumentos de ambas as partes, a Reitoria afirmou que só participaria da consulta*
10 *caso fosse incluída uma terceira alternativa às duas atualmente existentes, a saber:*
11 *acrescentar uma opção para 50% de peso aos docentes e 50% para as demais*
12 *categorias; além de paridade de 1/3 para cada categoria (proposta das entidades) e 70%*
13 *de peso para os docentes (legislação federal): Propostas analisadas: 1) Escolha entre 3*
14 *alternativas: a) 70% docente – manutenção da situação atual, conforme legislação*
15 *federal; b) 50% docente e 50% demais categorias; c) 1/3 para cada categoria; 2)*
16 *Escolha entre “favorável” ou “contrário” à paridade (1/3 cada): a) se a escolha for*
17 *“favorável”, o eleitor opta por 1/3 para cada categoria; b) se a escolha for “contrário”,*
18 *o eleitor escolhe uma das opções seguintes: opção 1: 70% docente; opção 2: 50%*
19 *docente e 50% demais categorias; 3) Escolha entre “favorável” ou “contrário” à*
20 *situação atual (70% docente, conforme legislação federal): a) se a escolha for favorável,*
21 *mantém-se 70% para docentes; b) se a escolha for contrário, o eleitor escolhe uma das*
22 *opções seguintes: opção 1: 1/3 para cada categoria; opção 2: 50% para os docentes e*
23 *50% para as demais categorias. Diante das três opções, as representações das entidades*
24 *solicitaram uma interrupção da reunião para que pudessem discutir acerca de sua*
25 *escolha. A Reitoria, então, retirou-se da sala, por iniciativa própria. Após a pausa, as*
26 *representações informaram que, buscando resolver o impasse, houve consenso, entre*
27 *elas, pela opção “b”. A Reitoria, embora defendendo a alternativa “a”, aceitou a*
28 *alternativa “b” para que pudesse se chegar a um consenso com as entidades.*
29 *Deliberações finais: 1) consenso pela utilização da opção “b”; 2) realização da consulta*
30 *nos dias 7 e 8 de maio de 2013; 3) criação de uma comissão para tratar da questão –*
31 *quanto a isso, ficou acordado que a Reitoria consultará a Procuradoria Jurídica no*
32 *tocante à pertinência da emissão de Portaria para a nomeação da referida comissão,*
33 *posto que a consulta está sendo considerada de caráter informal; 4) o texto – pergunta e*
34 *opções de escolha – a ser apresentado na cédula eletrônica ou manual deverá ser*
35 *aprovada pelas partes – Reitoria e entidades; 5) a primeira reunião entre os membros da*
36 *comissão definirá as questões práticas da realização da consulta”. Finaliza opinando*
37 *que a consulta deve ser realizada em mais de um dia, para uma participação mais efetiva*
38 *da comunidade. Professor Gregores sugere a supressão dos itens 3.2.1 e 3.2.2, por não*
39 *fazer parte do processo de inscrição, mas sim do processo como um todo. Solicita que as*
40 *totalizações por Centros dos resultados da consulta pública sejam disponibilizadas aos*
41 *Conselheiros, para uma tomada efetiva de decisão. O representante dos discentes de pós-*
42 *graduação, Rafael, reitera que a Comissão Eleitoral seja definida pelo ConsUni. Professor*
43 *Vladislav questiona porque a consulta pública não possa ser realizada via internet. A*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 secretária-geral, Soraya, elucida que já há uma ideia de a consulta ser feita virtualmente.
2 Professor Christoffolete corrobora fala do professor Gregores, de que haja uma consulta
3 com resultados por Centro e de todos os setores separadamente. O representante dos
4 discentes de graduação, Marco Aurélio, defende a questão da paridade por acreditar que a
5 UFABC é construída não só por docentes, mas também pelos TAs e principalmente pelos
6 alunos. Professor Kamienski salienta que devemos alinhar os objetivos da UFABC à
7 questão de se adotar a paridade ou não. Gostaria de ouvir uma discussão qualificada,
8 sobre qual a melhor forma de se escolher um reitor de maneira a preconizar a excelência.
9 Professor Arnaldo conclama que seja mais bem investido no tempo de discussões, com
10 propostas efetivas de modificação à resolução, uma vez que a questão da paridade será
11 avaliada em consulta própria. Relata que em pesquisa informal, no CCNH, que contempla
12 4 grandes áreas, 3 dessas são contra a paridade. O representante dos TAs, Henrique,
13 aponta que certa vez, em seminário na UFABC, o então reitor da Universidade Federal de
14 Pelotas explicou o modelo de formação da lista tríplice, em que cada chapa constava de 3
15 nomes, com afinidades entre si. Alessandro aponta preocupação com relação às eleições
16 eletrônicas. Considera que possam criados mecanismos de segurança, podendo ser
17 prevista, por exemplo, assinatura digital, para evitar questionamentos posteriores quanto à
18 confiabilidade do pleito. Professor Waldman acredita que pode ser instituída uma
19 Comissão Auditora, conforme executado anteriormente e que tal feito constará em
20 Resolução. O procurador-geral, doutor Reginaldo, sugere que todos os normativos sejam
21 encaminhados aos Conselheiros, para fomentar as discussões acerca da presente
22 resolução. Menciona leis e decretos acerca do tema. Acrescenta que tais normativos
23 elucidarão algumas questões colocadas, como a manutenção do mandato de vice-reitor
24 quando da vacância do cargo de reitor, ressalta que a lei que trata do assunto preconiza
25 que na vacância do cargo de reitor, o vice-reitor assumirá por 60 dias, devendo convocar
26 novas eleições nesse prazo. Conclui, assim, que o mandato de reitor não é assumido pelo
27 vice, mas, apenas, o exercício da Reitoria por aquele período e, qualquer disposição
28 contrária a isso violaria o dispositivo legal. Informa haver dois itens na Resolução que lhe
29 chamaram a atenção: 1) item 9.4, que dispõe que *“Se o número de chapas for inferior a*
30 *três, serão incluídas, em número suficiente para completar a lista tríplice, chapas*
31 *compostas: a) para o cargo de reitor: por docentes com maior tempo de magistério na*
32 *UFABC; b) para o cargo de vice-reitor: docentes indicados pelo candidato a reitor; c)*
33 *ambos deverão expressar sua concordância em participar do processo eletivo”*. Informa
34 ter ocorrido, anteriormente, eleição em que houve apenas um candidato a reitor e
35 formulou-se a lista tríplice com os nomes de dois docentes presentes na sessão do
36 Colégio Eleitoral. Tal lista não foi aceita pelo MEC, pois as eleições para composição da
37 lista tríplice não ocorreram de fato; 2) item 10.1, que dispõe que *“Concluída a votação e*
38 *respectiva apuração, o Colégio Eleitoral, com o auxílio da Comissão Eleitoral,*
39 *elaborará a lista tríplice dos candidatos a reitor das chapas que obtiveram a maior*
40 *votação e a encaminhará ao Ministério da Educação, acompanhada de: relatório*
41 *completo dos trabalhos deste ato normativo; relatório sobre a Consulta à comunidade e*
42 *seu resultado; ata da reunião do Colégio Eleitoral na qual tenha ocorrido a eleição; lista*
43 *de presença da referida reunião, com a identificação da categoria de cada um dos*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 presentes; pedido de inscrição dos candidatos que compõem a chapa e declaração de
2 que, se integrantes da lista tríplice, aceitam a nomeação para o cargo de reitor os cargos
3 de reitor e vice-reitor; comprovação de que os candidatos preenchem os requisitos do
4 Art. 1º, §1º, do Decreto nº 1.916/96; currículo Lattes dos candidatos”. Explica que,
5 embora a eleição ocorrerá por chapa, o processo eleitoral por chapas não será
6 homologado pelo MEC e esse não nomeará reitor e vice-reitor, mas apenas o primeiro.
7 Assim, o item deve ser alterado, de modo que disponha que apenas a lista tríplice dos
8 candidatos a reitor seja encaminhada ao MEC para homologação e que a lista tríplice dos
9 candidatos a vice-reitor seja encaminhada ao reitor eleito para a escolha de um dos
10 candidatos. Professor Joel relata histórico sobre consulta e conclama que tudo seja feito
11 de maneira tranquila, de maneira a esperar seu resultado, que será apresentado de maneira
12 transparente, com dados dos três setores. Professor Waldman informa que a reitoria acata
13 que a Comissão Eleitoral seja instituída pelo ConsUni, conforme sugestão de diversos
14 Conselheiros. Solicita apenas que seja dada certa autonomia à Comissão, de maneira a
15 não atrelar seus trabalhos a reuniões extraordinárias do Conselho. O representante dos
16 discentes de pós-graduação, Igor, sugere que as eleições sejam feitas em 2 dias. Solicita
17 que as listas de votantes sejam atualizadas, com acompanhamento direto da Comissão
18 Eleitoral. A secretária-geral, Soraya, esclarece que a responsabilidade da disponibilização
19 das listas corretas é das respectivas áreas. Professor Wesley questiona em que implicará,
20 se impugnação ou outra punição, caso os dispostos no item 7, da Campanha Eleitoral,
21 sejam violados. Professor Waldman informa que os critérios serão definidos pela
22 Comissão Eleitoral, que é a fiscalizadora do processo. Professora Maria Gabriela sugere
23 que seja criado o item 7.4, descrevendo essa responsabilidade da Comissão. Soraya
24 informa que no final da Resolução, já está previsto. O representante dos TAs, Henrique,
25 solicita que seja pensado no caso dos pós-doutorandos, que não se enquadram nas listas
26 de alunos, nem de docentes. Professor Waldman afirma que deve ser deliberado pelo
27 ConsUni e o que não estiver explícito na Resolução, será considerado caso omissivo e
28 definido pelo Comissão Eleitoral. Findas as discussões, o assunto retornará à Ordem do
29 Dia da próxima sessão ordinária. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da
30 palavra, o reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h54.-----
31 Aos 3 dias do mês de abril do ano de 2013, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 - 3º
32 andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco
33 A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a continuação da I sessão ordinária
34 do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2013, previamente convocada e
35 presidida pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença dos seguintes
36 Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; André Eterovic, representante
37 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Arnaldo Rodrigues dos
38 Santos Júnior, diretor do CCNH; Daniel Pansarelli, representante docente do CCNH;
39 Daniel Zanetti de Florio, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e
40 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Delcivan Francisco de Carvalho, representante dos
41 técnicos administrativos; Douglas Alves Cassiano, representante docente do CECS; Edson
42 Pinheiro Pimentel, vice-diretor do CMCC (até as 15h10); Eduardo de Moraes Gregores,
43 representante docente do CCNH; Flavio da Silva Nogueira, representante dos técnicos



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 administrativos; Francisco de Assis Comarú, substituto pró-reitor de extensão (a partir
2 das 15h40); Gilberto Martins, diretor do CECS; Guiou Kobayashi, representante docente
3 do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Harki Tanaka,
4 representante docente do CECS; Henrique de Abreu Piccolo, representante dos técnicos
5 administrativos; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor
6 Wanderley Reis Dias, representante discente de pós-graduação; Jeverson Teodoro
7 Arantes Junior, representante docente do CECS; João Paulo Gois, representante suplente
8 do CMCC; Joel Pereira Felipe; pró-reitor de assuntos comunitários e políticas
9 afirmativas; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Luiz Carlos da Silva Rozante,
10 representante docente do CMCC; Marcelo Augusto Christoffolete, representante docente
11 do CCNH; Marcelo Bussotti Reyes, representante docente do CMCC; Marco Aurélio
12 Cinaqui Amaral, representante discente de graduação; Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de
13 administração; Priscila Rédua Cabral, representante suplente discente de graduação;
14 Raquel de Almeida Ribeiro, representante docente do CCNH; Ricardo de Sousa Moretti,
15 representante docente do CECS; Roberto de Menezes Serra, substituto do pró-reitor de
16 pós-graduação; Rosana Denaldi, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento
17 institucional; Ruth Ferreira Galduroz, representante docente do CMCC; Valdecir
18 Marville, diretor do CMCC (a partir das 15h10); Vladislav Kupriyanov, representante
19 docente do CMCC; Wellington Barbosa de Sousa, representante discente de graduação;
20 Wesley Góis, representante docente do CECS. Ausências Justificadas: Alexsandro
21 Cardoso Carvalho, representante dos servidores técnico-administrativos; Derval dos
22 Santos Rosa, pró-reitor de graduação; Igor Leite Freire, representante docente do Centro
23 de Matemática, Computação e Cognição (CMCC). Ausentes: Elienai de Almeida Reis,
24 representante discente de graduação; Jefferson José da Conceição, representante da
25 comunidade civil; Josiene Silva, representante da comunidade civil; Rafael Saad
26 Fernandez, representante docente de pós-graduação. Não-votantes: Soraya Cordeiro;
27 secretária-geral e Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos. Apoio: Aline Santiago
28 Barboza e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral.
29 Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação (a partir das 17h); Kauê Guazzelli
30 Gomes, representante suplente discente de graduação; Maria Gabriela S. M. C. Marinho,
31 representante suplente docente do CECS, Ronny Calixto Carbonari, representante
32 suplente docente do CECS; Valterbasio de Araujo Alves, representante suplente dos
33 técnico administrativos. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os
34 presentes, abre a sessão às 14h25, esclarecendo aos Conselheiros que, por tratar-se de
35 uma continuação, não haverá informes. Prossegue aos itens 12 e 13 do Expediente, que,
36 na primeira parte da reunião, foram promovidos à Ordem do Dia. **Ordem do Dia:**
37 **Proposta de criação do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Engenharia de Produção**
38 **em nível de mestrado e doutorado.** Constatado que o item havia, de fato, sido promovido
39 à Ordem do Dia na primeira parte da reunião, professor Waldman passa a palavra para
40 professor Serra, que solicita o retorno do item ao Expediente, devido a alterações feitas
41 no projeto, o que é acatado pela Mesa. Retoma-se a pauta do Expediente. Minuta de
42 Resolução que dispõe sobre eleição de diretor e vice-diretor de Centro. Professor
43 Waldman explica que essa minuta é semelhante àquela trata da eleição para reitor e vice-



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 reitor, já apreciada por este Conselho. Informa que se está propondo que seja
2 estabelecida a candidatura em chapas e, no impedimento do exercício do mandato do
3 diretor, o vice assumiria até a convocação de novas eleições, no prazo máximo de 60
4 dias. Tais eleições ocorreriam, também, em chapas, o que significa que o vice-diretor não
5 assume, automaticamente, a Diretoria. Quando do impedimento do vice-diretor, novas
6 eleições serão convocadas para preenchimento da vacância, e o mandato do eleito
7 vigorará, apenas, enquanto durar o mandato do diretor. Apresenta, ao final da minuta,
8 disposições transitórias para abarcar os casos de não coincidência de mandatos dos atuais
9 diretores e vice-diretores, explicando que, no ano de 2013, as eleições por chapa dar-se-
10 ão, apenas, nos casos em que o vice-diretor renunciar, pois, nos três Centros, há
11 disparidade entre os mandatos. Nos casos em que não houver renúncia, as eleições de
12 2013 serão individuais para o cargo de diretor e, ao final do mandato dos atuais vice-
13 diretores, far-se-á novas eleições para esse cargo, com mandato vigente, apenas, até o fim
14 do mandato dos diretores eleitos em 2013. Professor Gilberto expõe que há uma diferença
15 significativa entre a presente Resolução e a que normatiza as eleições para reitor e vice-
16 reitor no que diz respeito à fórmula de cômputo da consulta eleitoral. Explica que, pela
17 fórmula, o peso de um voto dos técnicos administrativos (TAs) é muito maior do que o de
18 um docente, pois há poucos técnicos administrativos lotados em cada Centro e seus votos
19 representam 15% do total. Acredita que se deva discutir uma nova maneira para a
20 apuração dos votos. Professor Herculano ressalta que muitos dos TAs são alunos, e, pela
21 fórmula, uma só pessoa poderá votar mais de uma vez. Professor Waldman acredita que
22 esse caso esteja omissa e que se deva discuti-lo. Professor Dalpian reforça o ponto
23 levantado por professor Gilberto. Acredita que a atual fórmula não seja adequada e que se
24 deva evoluir nesse sentido. O representante discente da pós-graduação, Igor, atenta para a
25 indicação da Comissão Eleitoral, que, pela minuta, será feita pela Reitoria, mostrando-se
26 favorável a que tal indicação fosse feita pelo ConsUni. Crê que deva haver critérios de
27 votação para aqueles que fazem parte de mais de uma categoria, de modo que possam
28 votar por apenas uma delas. Professor Joel sugere que, para a próxima reunião,
29 verifiquem-se quantos alunos fizeram a opção por determinado curso específico
30 vinculado a um Centro. Pode-se estabelecer que apenas esses tenham direito de votar para
31 Diretoria dos Centros. Professor Gilberto considera que, no caso da eleição para reitor, o
32 próprio nomear a Comissão pode acarretar numa interferência no processo eleitoral. Para
33 os Centros, isso não ocorre. Em relação ao apontado por professor Joel, não considera
34 adequado, uma vez que há alunos que estão matriculados em determinados cursos, mas
35 não cursam muitas disciplinas vinculadas a ele e, em contrapartida, há alunos que já
36 cursaram muitas disciplinas vinculadas a um curso, mas não estão matriculados. Ainda,
37 considera que apenas os TAs vinculados aos Centros devem ser votantes para as eleições
38 de diretor. O representante discente da graduação, Marco Aurélio, com relação à
39 participação dos discentes da graduação, ressalta que, além do que foi exposto, os BIs
40 envolvem mais de um Centro e, portanto, todos os alunos estão vinculados a todos os
41 Centros. Sugere que os alunos matriculados em cursos específicos sejam eleitores natos e
42 os demais devam habilitar-se como eleitores. O representante dos técnicos
43 administrativos, Flávio, em relação aos discentes, acredita que todos devam poder votar



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 nos três Centros. O representante dos técnicos administrativos, Henrique, afirma que, ao
2 se criar um sistema em que os alunos tenham que se inscrever para votar, a evasão seria
3 muito grande. Acredita que os votos devam ser liberados para todos os alunos e TAs.
4 Questiona se a solução não seria a adoção de votos diretos e universais. Professor Moretti
5 salienta que não se está discutindo uma eleição, mas um processo de indicação. Desse
6 modo, a tentativa de se elaborar um modelo matemático para os votos é desnecessária.
7 Considera que se deva buscar uma maneira de apurar o índice de rejeição de cada
8 candidato, uma vez que, não necessariamente, a pessoa com maior número de votos é a
9 pessoa com menor índice de rejeição. Admite que a situação seja delicada e qualquer
10 fórmula estabelecida produzirá uma debilidade. Acredita que se deva apurar o resultado,
11 separadamente, para docentes, discentes e TAs. Professor Waldman lê o Decreto nº
12 1.916/96, que estabelece uma analogia entre a escolha de diretor e vice e a escolha de
13 reitor e vice: *“O Diretor e o Vice-Diretor de unidade universitária serão nomeados pelo*
14 *Reitor, observados, para a escolha no âmbito da unidade, os mesmos procedimentos e*
15 *critérios prescritos neste artigo”*. Professor Arnaldo afirma ter apreciado a proposta do
16 discente Marco Aurélio, pois ela dissolve diversas deficiências do processo e permite a
17 inserção dos alunos de pós-graduação. Ainda, considera que, operacionalmente, tal
18 proposta pareça ser bastante funcional. Professor Dalpian apresenta os números de TAs
19 lotados em cada Centro: CCNH, 11; CECS, 15; CMCC 9. Acrescenta que se deva
20 aproveitar a discussão para ampliar o escopo dos Centros, abrindo-os para toda
21 comunidade acadêmica. Propõe que a fórmula seja similar à que consta na Resolução que
22 regulamenta a eleição para reitor e vice-reitor, alterando-se os dispostos relativos aos
23 votos dos docentes que deverão ocorrer, apenas, no Centro em que estão lotados.
24 Professor Christoffolette acredita que o posicionamento de professor Dalpian torna a
25 discussão mais abrangente, pois, de acordo com esse ponto de vista, deveriam ser abertas
26 eleições para a escolha de todos os cargos de direção da UFABC. Não considera uma boa
27 ideia abrir a votação para todos os TAs, o que é corroborado por professor Arnaldo.
28 Professor Marvulle mostra-se favorável a todos os discentes poderem votar em todos os
29 Centros. Quanto aos TAs, acredita que apenas os lotados em cada Centro devam votar,
30 pois são eles quem, diretamente, responderão aos diretores e vice-diretores eleitos.
31 Entende, porém, que se deva tentar diluir as proporções entre os votos, uma vez que,
32 devido ao pequeno número de TAs nos Centros, seus votos individuais acabam por ter
33 um peso muito superior aos dos docentes e discentes. Professor Joel considera que, pela
34 Resolução, os discentes utilizam-se dos benefícios do voto facultativo e das penalidades
35 do voto obrigatório, pois o interesse em participar, por parte dos discentes, é pequeno,
36 mas na fórmula contabiliza-se o total de alunos. Crê que se devam considerar, apenas, os
37 discentes votantes na fórmula. Professor Gilberto afirma que o tema da participação na
38 consulta seja muito importante. Expõe que, caso a consulta seja feita voto a voto, a
39 responsabilidade para a realização da lista tríplice recairá sobre os Colégios Eleitorais,
40 que são os Conselhos de Centro. Professor Daniel Pansarelli solicita que se faça uma
41 consulta jurídica quanto a se, em algum momento, entre os itens 9.7 e 10 do anexo da
42 Resolução, pode-se garantir maior participação popular, sem desrespeitar a legislação. A
43 proposta é que a lista tríplice seja feita na ordem da consulta e, ao reitor, seja facultado



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 vetar uma das chapas, e não, simplesmente escolher entre uma delas. Professor Moretti
2 gostaria que a fórmula fosse abandonada, de modo a não se indicar apenas o primeiro
3 colocado, podendo-se medir, também, a rejeição dos candidatos. Apurar-se-iam os votos
4 das três categorias separadamente e os Conselhos de Centro decidiriam como realizar a
5 lista tríplice. O representante dos técnicos administrativos, Henrique, concorda que a
6 Comissão Eleitoral deva ser escolhida pelo ConsUni. Defende, novamente, o voto direto
7 e universal, pois todos os membros da comunidade têm os mesmos objetivos para a
8 UFABC. Apresenta outra sugestão: que o peso dos votos da consulta tenha a seguinte
9 configuração: 50% para os servidores lotados no Centro, TAs e docentes, e 50% para o
10 restante da comunidade acadêmica. Professor Christoffolete ressalta ser de fundamental
11 importância pensar nos aspectos operacionais das eleições, tendo em vista sua
12 experiência nesse tipo de evento. Professor Guiou crê que o voto universal seja a maneira
13 mais paritária de eleições. Propõe que todos os alunos interessados possam votar e que a
14 categoria continue com peso de 15%. Já para TAs e docentes, sugere que os votos tenham
15 peso único, não se distinguindo as categorias. Acrescenta que gostaria que os alunos
16 participassem, também, de maneira paritária, mas não acredita que a discussão a esse
17 respeito esteja madura o suficiente para uma implantação imediata. Professor Marvulle
18 informa ter realizado uma simulação, considerando o que hoje é vigente. Respeitando-se
19 as porcentagens de 70% para docentes, 15% para TAs e 15% para discentes e
20 considerando como denominador apenas o número de votantes, o voto do docente valeria
21 de três a sete vezes o voto de um aluno e o voto de um TA valeria cerca de três vezes o
22 voto de um docente. Preocupa-se com a disparidade entre os pesos dos votos de TAs e de
23 docentes. Acredita que a proposta do professor Moretti arrisca a representação dos
24 Conselheiros perante sua comunidade. Considera boa a sugestão do professor Guiou.
25 Professor Waldman afirma não perceber uma convergência entre as propostas, de modo
26 que se estabeleça uma tendência dominante. Todas as sugestões serão estudadas e, o
27 quanto antes possível, incorporadas para a submissão ao Conselho na Ordem do Dia.
28 Professor Moretti afirma ter a sensação de que a proposta do professor Guiou tenha tido a
29 aceitação dos Conselheiros. Ainda, considera que a sua própria proposta, quanto à
30 maneira de votação, também tenha sido bem aceita. Sugere que esses pontos sejam
31 votados. Marco Aurélio sugere que seja criado um comitê para a criação da melhor
32 fórmula para a eleição de diretores. Professor Waldman informa que o item será mais
33 bem estudado pela Reitora, que está aberta a todas as sugestões dos Conselheiros. O
34 assunto segue para a Ordem do Dia da próxima sessão. Minuta de Resolução que cria a
35 Editora da UFABC e sua comissão de implantação. Professora Maria Gabriela,
36 coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) que estudou o tema, informa que a minuta
37 apresenta o resultado obtido pelo GT instituído pela Reitoria. Destaca a existência de
38 sugestões e estudos acerca dessa proposta, baseados em duas áreas mais interessadas, a
39 ProEx e a Propes. Avalia que o Estudo Preliminar elaborado pelo Núcleo de Ciência
40 Tecnologia e Sociedade (NCTS) tem como objetivo verificar a viabilidade da Editora da
41 UFABC. Apresenta um breve histórico da formação das editoras nas universidades do
42 país. Prossegue, destacando os objetivos do projeto Editora UFABC que consistem em
43 *“Propor, acolher, coordenar, gerir, acompanhar, assessorar a execução de uma política*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 *editorial para UFABC*". Expõe, também, que a Editora irá, por meio impresso e digital,
2 produzir publicações especializadas nos âmbitos acadêmico e científico. Acredita que
3 uma vigorosa política editorial pode contribuir para consolidar a inserção da UFABC no
4 cenário nacional e internacional e também assegura visibilidade, credibilidade e padrão
5 de referência. A partir disso, detalha a política editorial citando que, da mesma forma que
6 a Universidade de Brasília (UnB), a UFABC também pretende expressar em suas linhas
7 editoriais seu projeto pedagógico; produzir publicações para contribuir com avanços
8 significativos em diversas áreas do conhecimento e ter um trabalho consistente, ou seja,
9 com impactos duradouros. Comenta que tais estudos realizados são diretrizes gerais e, de
10 acordo com a resolução, uma vez criada a Editora, será formada uma comissão de
11 implantação com prazo de 18 meses para conclusão dos trabalhos e será composta pelos
12 membros do GT, da ProPG, ProAP e ProPes; além de dois representantes do ConsUni,
13 sendo um deles do corpo discente. Destaca como uma estratégia dessa política editorial, a
14 coleção "Formação Universitária". Salienta que os bacharelados interdisciplinares
15 necessitam de uma grande demanda de livros-texto básicos. Acredita que a Editora
16 poderá induzir a construção de uma linha que dialogue com o projeto multidisciplinar da
17 UFABC e livros-texto de graduação com um "viés *inter/multi/pós-disciplinar*". Em
18 relação às inovações menciona: "*voltado para apresentação, avaliação e análise*
19 *sistemática de projetos inovadores nos diferentes campos do saber e suas interfaces com*
20 *a produção da universidade e de seus parceiros nacionais e internacionais.*" Acrescenta
21 que, futuramente, ocorrerão publicações como: teses selecionadas, revistas acadêmicas,
22 traduções e coedições. Comenta, acerca da estrutura formada pelo Conselho Editorial,
23 que é o órgão superior deliberativo e os comitês editoriais que são instâncias
24 intermediárias de caráter propositivo, coordenados pelo NCTS. Expõe que o GT,
25 instituído pela Portaria da Reitoria nº 575, de 1º de novembro 2011, tem como objetivo
26 analisar a viabilidade de criação da Editora da UFABC, instituir plano jurídico-
27 institucional e suprir as demandas de planejamento administrativo e operacional. Informa
28 ainda, que atualmente o GT é formado por 10 membros. No ensejo, apresenta a missão da
29 Editora: "*Contribuir para a democratização da excelência científica por meio da*
30 *publicação impressa e multimidiática de obras relevantes - sejam acadêmicas ou*
31 *científicas, de divulgação ou difusão, bem como de materiais didáticos - possibilitando*
32 *tanto ao público universitário, quanto à sociedade, em geral, amplo acesso ao*
33 *conhecimento qualificado e diverso. Contribuir para a consecução dos objetivos da*
34 *UFABC, mantendo-se autônoma em suas decisões editoriais, as quais devem contemplar,*
35 *por um lado, a publicação de obras de grande receptividade no meio editorial nacional e*
36 *internacional e, por outro, a produção de material altamente qualificado e*
37 *especializado*". Em relação à vinculação jurídica institucional destaca que se trata de um
38 órgão vinculado à Reitoria. O perfil administrativo denomina-se Unidade Gestora (UG)
39 de Recursos Orçamentários Específicos e será utilizado o CNPJ institucional da UFABC
40 por um período de 2 anos. Ressalta que, posteriormente, a UG poderá tornar-se
41 autônoma. A respeito de critérios de comercialização, cita a distribuição nacional.
42 Destaca os aspectos preliminares discutidos pela Comissão, entre os quais, o Conselho
43 Editorial, sua composição, estrutura, políticas editoriais, regimento, gestão e governança,



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 questões que deverão ser aprofundadas pela Comissão de Implantação, uma vez definida
2 a criação da Editora pelo ConsUni. Com isso, o GT delibera por recomendar a criação da
3 Editora da Universidade Federal do ABC (EdUFABC) conforme minuta de resolução.
4 Professor Gilberto elogia o trabalho realizado. Sobre a composição, ressalta sentir falta
5 do pró-reitor de graduação, ao que a professora Maria Gabriela esclarece que esse consta
6 na composição do GT. Ocorre que as pró-reitorias que não constam explicitamente nessa
7 resolução, uma vez que já concluíram seu trabalho nesse GT. Considera interessante uma
8 recomposição. Professor Dalpian, acerca da composição, sugere que a comissão deva
9 contar com, no máximo, cinco membros, por considerar que uma equipe grande não terá
10 flexibilidade, o que pode não contribuir para o andamento do trabalho. Professor Klaus
11 comenta a visita do vice-reitor de uma universidade russa à UFABC, que, ao apresentar a
12 sua universidade, informou haver três setores de equivalente importância: biblioteca, NTI
13 e editora. Ressalta que havia sugerido, como áreas de atuação da Editora, “material
14 didático” e “eventos”, como consta na apresentação. Questiona, porém, quanto ao
15 encaminhamento de suas sugestões quanto aos temas “estudos regionais” e “hospedagem
16 de projetos editoriais”. A esse questionamento, Maria Gabriela ressalta que tais sugestões
17 ainda não foram discutidas, não tendo sido, assim, incorporadas. Porém, estão inseridas
18 no processo de implantação. Acerca do comentário mencionando a universidade russa,
19 pontua que há um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência
20 e a Cultura (UNESCO) apontando que as editoras são indicadores da maturidade
21 intelectual acadêmica das universidades e, ainda, elas formam um forte vínculo entre a
22 universidade e a sociedade. O representante dos discentes da pós-graduação, Igor,
23 questiona o Art. 4º, acerca da representação, pois o mandato dos discentes tem duração de
24 um ano, contudo, a comissão de implantação da editora tem um prazo de dezoito meses.
25 Questiona como ficará essa vacância após o encerramento do mandato. A essa dúvida,
26 Maria Gabriela responde que o ConsUni providenciará nova eleição para tal
27 representação, a fim de cobrir a vacância. Professor Herculano questiona acerca da
28 previsão orçamentária referente aos dois primeiros anos, do número de servidores
29 necessários e da existência de um cronograma de implantação para finalização do
30 processo. No ensejo, professora Maria Gabriela destaca que houve preocupação com a
31 perspectiva editorial e administrativa e que o serviço de impressão será terceirizado. Em
32 relação ao quadro de funcionários, menciona que o ideal é acompanhar a experiência da
33 Universidade Federal da Bahia (UFBA) em que constam aproximadamente 12 servidores
34 estatutários, os quais são responsáveis pela produção editorial enquanto os dez
35 funcionários da fundação de apoio cuidam da parte administrativa. Cita que há, via
36 núcleo, um conjunto de produções que passaram pelas plenárias dos núcleos. Destaca
37 que será a primeira produção editorial. Professor Daniel Pansarelli esclarece que uma das
38 discussões da comissão foi a forma de governança da editora. Entendeu-se que seria
39 necessário um grupo mais representativo para a tomada de decisões, uma vez que deverá
40 propor as políticas da editora e, por isso, deveria ser mais numeroso, ainda que haja outro
41 órgão menor, de caráter executivo. Marco Aurélio expõe que a UFABC goza de isenções
42 tributárias. Assim, considera que, para efetivar a atuação da editora, a UFABC deva
43 comprar o papel para impressão, um dos itens que mais tem impostos no Brasil. Ainda, a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 UFABC deveria buscar parceria nas traduções dos autores utilizados pelos professores. O
2 Henrique indaga qual seria a lotação dos servidores da editora. Pergunta, também, sobre a
3 necessidade e viabilidade da compra de equipamentos e se já há parceria com alguma
4 fundação de apoio para o projeto. Professora Maria Gabriela explica que, enquanto a
5 Editora valer-se do CNPJ da UFABC, os recursos provenientes de sua atuação irão para a
6 UFABC. Daí a necessidade de um CNPJ próprio, para que possa produzir seus próprios
7 recursos. Ainda, um CNPJ próprio traria mais celeridade aos processos. Acrescenta que
8 não há necessidade da vinculação com uma fundação de apoio para a criação da Editora
9 e, é costumeiro que editoras estejam vinculadas à Reitoria. Quanto ao parque gráfico,
10 considera que o tema deva ser debatido, repensado e revisto. Corre-se o risco de as
11 máquinas tornarem-se obsoletas rapidamente e não haver condições de atualizá-las.
12 Professor Joel, quanto à Comissão de Implantação da Editora da UFABC (CIE-UFABC),
13 crê que a participação de tantas Pró-Reitorias acaba por se tornar inviável em razão dos
14 compromissos dos pró-reitores. Optaria por retirar a ProAP dessa comissão. Professor
15 Gregores percebe um grande interesse na divulgação e produção de materiais em papel,
16 no entanto, há um grande avanço nas produções e divulgação de conteúdos digitais.
17 Gostaria de saber os limites da editora nesse sentido. Ainda, indaga sobre outros tipos de
18 mídia, como vídeos e áudios. Professora Maria Gabriela salienta que há, sim, essa
19 preocupação. Cita o modelo utilizado pela UFBA. Porém, o momento é de transição e,
20 assim, deve-se fazer uma escolha e, no momento ainda é o material impresso. À medida
21 que a estrutura for se solidificando, poderá haver expansão das atividades para abarcar os
22 tipos de mídia mencionados. Professora Raquel salienta que, nesse momento, devem-se
23 focar as discussões no escopo da editoração. As questões gráficas devem ser discutidas
24 em outro momento. Professor André considera importante a criação da Comissão de
25 Implantação para que ela elabore um documento com plano de metas, diretrizes e
26 regimento, que subsidiaria a votação pela criação da Editora no ConsUni. Corroborar a
27 fala de professor Joel quanto à composição da CIE-UFABC. Professora Maria Gabriela
28 informa que é necessária a criação para que se possam realizar os próximos passos.
29 Assim, sugere um adendo na Resolução que disponha que a CIE-UFABC, após os
30 estudos, submeterá os documentos elaborados ao ConsUni para que este autorize a
31 implantação da Editora. Findas as discussões, professor Waldman informa que o item
32 retorna na Ordem do Dia da próxima sessão. Minuta de resolução que estabelece e
33 normatiza o domicílio acadêmico para atuação dos docentes da UFABC. Professor
34 Waldman explica que a minuta é uma resposta à demanda da comunidade docente, que
35 mostra desconforto com a maneira com que a estrutura multicâmpus está sendo
36 implantada na UFABC. Assim, estabeleceu-se um conceito novo, denominado “domicílio
37 acadêmico” que poderá, em curto prazo, amenizar o problema e, em longo prazo, resolvê-
38 lo. Esclarece que o conceito de domicílio acadêmico é introduzido no Art. 2º, que dispõe
39 que “*Cada docente será vinculado a um único câmpus da UFABC, que será o seu*
40 *domicílio acadêmico, minimizando-se o deslocamento de docentes entre os câmpus*”.
41 Explica que os artigos seguintes especificam as implicações do domicílio acadêmico: 1) a
42 sua carga didática será alocada, preferencialmente, no câmpus do domicílio; 2) sua sala
43 privativa será no câmpus de domicílio. A Resolução também estabelece que haja, em



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 cada câmpus, espaços não privativos adequados para o uso dos docentes que não
2 estiverem alocados naquele ou em nenhum câmpus. Expõe que o estabelecimento do
3 domicílio acadêmico, para os futuros ingressantes, dar-se-á por meio de editais de
4 provimento de vagas, e, nos demais casos, voluntariamente, por meio de editais de opção.
5 Acrescenta haver necessidade de se estabelecer um mecanismo de vagas, de modo que as
6 demandas de todos os câmpus sejam atendidas. Delegou-se, então, grande importância
7 aos Centros na alocação das salas privativas e à Prefeitura Universitária (PU) no
8 estabelecimento do número máximo de domicílios acadêmicos por câmpus, limitado ao
9 número de salas privativas existentes e planejadas. Marco Aurélio acredita que se deva
10 analisar o curso a que o docente está vinculado antes de estabelecer seu domicílio
11 acadêmico. Acrescenta que os laboratórios deverão estar presentes em todos os câmpus,
12 de modo a não prejudicar os trabalhos de pesquisa. Ainda, sugere que o critério de
13 desempate para o estabelecimento do domicílio acadêmico seja a produção científica dos
14 docentes. Professor Guiou afirma que a proposta da Reitoria foi extensamente discutida
15 pelos docentes do CMCC. Relata os principais pontos levantados: 1) o fato de alocar-se
16 um docente em um câmpus não resolve o problema do deslocamento, pois disciplinas
17 continuarão sendo ofertadas em outros câmpus; 2) não está claro o que são as salas
18 privativas e não se deve condicionar o domicílio acadêmico a elas. Professor Rozante
19 reforça que a definição do conceito de domicílio acadêmico oferece certa segurança
20 jurídica à UFABC em relação a questões trabalhistas, mas não resolve o problema do
21 deslocamento dos docentes. Professor Joel expõe que o Art. 4º, ao versar “[...] *espaços*
22 *não privativos (coletivos) adequados aos docentes em regime que não o de DE [...]*”, é
23 contrário ao Regimento da UFABC, pois esse prevê que todos os docentes terão regime
24 de Dedicação Exclusiva (DE). Professor Waldman explica ter considerado prudente não
25 comprometer a UFABC a oferecer salas privativas a docentes não exclusivos. Professor
26 Gregores considera que se deva definir, primeiramente, o que é multicâmpus. Pede que o
27 item seja retirado de pauta, uma vez que se deve analisar essa questão antes da definição
28 dos domicílios dos docentes. Professor Waldman afirma que a resolução é uma resposta
29 da Reitoria a uma demanda dos docentes. Não é contra a retirada de pauta, mas isso
30 acarretaria na impossibilidade de oferecer uma resposta aos anseios dos docentes. A
31 intenção é amenizar o desconforto que essa atuação causa. Professor Gregores reformula
32 sua proposta, sugerindo que o item não seja promovido à Ordem do Dia na próxima
33 reunião, mas que continue no Expediente. Professor Daniel Pansarelli ressalta que, de
34 acordo com o relator, a resolução procura oferecer certa segurança aos docentes quanto
35 ao seu deslocamento, mas não cumpre esse papel. À medida que a UFABC se expandir,
36 os deslocamentos tornar-se-ão insustentáveis. A resolução deveria estabelecer critérios
37 que limitem a obrigatoriedade do deslocamento entre câmpus. Professora Ruth ressalta a
38 importância da Resolução e acredita que a discussão tenha de ser estimulada. Discorda da
39 produção científica como critério de desempate para alocação em determinado câmpus,
40 devido à disparidade entre as áreas. Professor Wesley afirma que os docentes do CECS,
41 assim como os do CMCC, vêm questionando o conceito multicâmpus na UFABC. Relata
42 casos de docentes que estão vinculados a cursos de formação específica ministrados em
43 São Bernardo do Campo, mas que já manifestaram interesse em ter seu domicílio



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 acadêmico em Santo André. Assim, suas cargas didáticas seriam, preferencialmente, em
2 Santo André e a UFABC necessitaria que outro docente ministrasse as aulas em São
3 Bernardo do Campo. Professor Waldman esclarece que uma universidade com o caráter
4 multicâmpus deve manter a mesma qualidade em todos os câmpus. Simpatiza com a ideia
5 de um câmpus temático. Caso crie-se um câmpus em Mauá, acredita que deva ser com
6 um novo BI. Professor Gilberto afirma não haver solução exata para problemas difusos,
7 mas considera importante que o problema seja estancado. Concorda que o tema não esteja
8 maduro para definição dos critérios de alocação e que deva haver mais discussões.
9 Henrique menciona a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 quanto ao deslocamento de
10 servidores. Dada a dinamicidade das atividades da UFABC, acredita ser arriscado definir
11 a alocação dos docentes no edital de provimento de vagas, pois não se pode alterar
12 quaisquer condições posteriormente. Devem-se analisar quais são as causas do
13 desconforto pelo deslocamento, pois talvez seja mais simples criar mecanismos para
14 amenizá-las, ao invés de determinar a alocação de um docente em um determinado
15 câmpus. Professor Klaus concorda que o assunto deva ser mantido no Expediente, mas
16 solicita cautela, pois com o passar do tempo, o problema agrava-se e a inação pode ser
17 pior do que apresentar uma solução com falhas que poderão ser corrigidas
18 posteriormente. Deve-se ter coragem para tentar uma solução e analisar se ela funciona.
19 Caso não, os erros poderão ser corrigidos pelo próprio ConsUni. Editais, no entanto, são
20 para sempre. Quanto aos laboratórios de pesquisa, esclarece que não se devem criar falsas
21 expectativas. As salas dos docentes serão entregues antes dos laboratórios de pesquisa,
22 pois a construção desses é mais complexa, mas afirma estar-se trabalhando firmemente
23 para que estejam prontos o mais rápido possível. Professor Arnaldo acredita que se deva
24 esperar para aprovar a Resolução. Em alguns meses as salas de docentes do Bloco Delta
25 serão entregues e a experiência poderá trazer uma nova visão à discussão. Quanto ao
26 texto, em si, alguns dos docentes do CCNH queixaram-se da falta de clareza em alguns
27 pontos, o que poderá ser encaminhado à Reitoria. Ressalta que a Resolução deve
28 explicitar que a alocação didática do docente será, apenas, preferencialmente no câmpus
29 de seu domicílio acadêmico. Professor Waldman agradece os Conselheiros pelas
30 colaborações e informa que o assunto retornará no Expediente da próxima reunião
31 ordinária e assim permanecerá até que o Conselho sintá-se confortável para promovê-lo à
32 Ordem do Dia. Porém, gostaria de oferecer uma resposta aos docentes e estancar o
33 problema, de modo que ele não se agrave. Passa a palavra para a secretária-geral, Soraya
34 Cordeiro, que informa que será feita uma consulta por e-mail para checagem de quórum,
35 de modo a continuar a sessão nas próximas semanas. Declara ter recebido queixa de um
36 Conselheiro quanto à criação de uma lista de e-mails com os nomes dos Conselheiros.
37 Afirma não ter conhecimento quanto a tal lista e não ter divulgado os e-mails dos
38 Conselheiros. Pede que aqueles que desejem criar listas do tipo consultem os
39 Conselheiros antes de incluí-los para receber as mensagens. Henrique informa que, pelo
40 endereço da lista, ela foi criada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Universidades
41 Federais do ABC (SinTUFABC) e que solicitará aos responsáveis que retirem o nome
42 dos Conselheiros que não desejarem fazer parte da referida lista. Como nenhum dos
43 participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor agradeceu a presença de todos e



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 encerrou a sessão às 18h01.-----
2 Aos 16 dias do mês de abril do ano de 2013, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 -
3 3º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001,
4 Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a continuação da I sessão
5 ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2013, previamente
6 convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença
7 dos seguintes Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Adriano Reinaldo
8 Viçoto Benvenho, representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e
9 Humanas (CCNH); Alessandro Cardoso Carvalho, representante dos servidores técnico-
10 administrativos; Daniel Zanetti de Florio, representante docente do Centro de Engenharia,
11 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) (a partir das 15h); Delcivan Francisco
12 de Carvalho, representante dos técnicos administrativos; Denise Consonni, substituta do
13 pró-reitor de graduação; Douglas Alves Cassiano, representante docente do CECS; Flavio
14 da Silva Nogueira, representante dos técnicos administrativos; Francisco de Assis
15 Comarú, substituto pró-reitor de extensão; Gilberto Martins, diretor do CECS; Guiou
16 Kobayashi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição
17 (CMCC); Gustavo A. Galati; substituto eventual do pró-reitor de assuntos comunitários e
18 políticas afirmativas; Harki Tanaka, representante docente do CECS; Henrique de Abreu
19 Piccolo, representante dos técnicos administrativos; Igor Wanderley Reis Dias,
20 representante discente de pós-graduação; Jeverson Teodoro Arantes Junior, representante
21 docente do CECS; João Paulo Gois, representante suplente docente do CMCC; Klaus
22 Capelle, pró-reitor de pesquisa; Luciana Zaterka, representante suplente docente do
23 CCNH; Marco Aurélio Cinaqui Amaral, representante discente de graduação; Marcos
24 Joel Rúbia, pró-reitor de administração; Rafael Saad Fernandez, representante docente de
25 pós-graduação; Raphael Yokoingawa de Camargo, representante suplente docente do
26 CMCC; Roberto de Menezes Serra, substituto do pró-reitor de pós-graduação; Rosana
27 Denaldi, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; Ruth Ferreira
28 Galduroz, representante docente do CMCC; Valdecir Marvulle, vice-diretor do CMCC;
29 Vladislav Kupriyanov, representante docente do CMCC. Ausentes: André Eterovic,
30 representante docente do CCNH; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do
31 CCNH; Eduardo de Moraes Gregores, representante docente do CCNH; Elienai de
32 Almeida Reis, representante discente de graduação; Herculano da Silva Martinho,
33 representante docente do CCNH; Jefferson José da Conceição e Josiene Silva,
34 representante da comunidade civil; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente
35 do CMCC; Ricardo de Sousa Moretti, representante docente do CECS; Silas de Melo
36 Furtado e Wellington Barbosa de Sousa, representantes discentes de graduação e
37 Ausências Justificadas: Raquel de Almeida Ribeiro, representante docente do CCNH e
38 Wesley Góis, representante docente do CECS. Não-votantes: Soraya Cordeiro; secretária-
39 geral; Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Expedito Nunes, coordenador da
40 CPS; Anapátricia Morales Vilha, docente do CECS; José Kenichi, docente do CCNH.
41 Apoio: Aline Regina Bella e Aline Santiago Barboza, assistentes em administração da
42 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os
43 presentes, abre a sessão às 14h18, com Expediente: Proposta de adesão ao Mestrado



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF). Professor Serra solicita promoção
2 do item à Ordem do Dia. Explica que por se tratar de proposta em rede nacional,
3 pretende-se publicar o edital na presente semana. Relata que já foi aprovado na Comissão
4 de Pós-Graduação (CPG), no ConsePE e no Conselho de Centro do CCNH
5 (ConsCCNH). Proposta secundada e promoção aprovada por unanimidade. Elucida que a
6 proposta diferencia-se dos demais cursos já criados nesta instância, porque vem da
7 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em conjunto
8 com a Sociedade Brasileira de Física (SBF), e tem por objetivo a qualificação dos
9 professores da rede pública de ensino. Cita o ProfMat, curso de profissionalização no
10 ensino de Matemática, o qual já é ministrado pela UFABC. Explica que tal curso conta
11 com 16 docentes, possui 3 linhas de pesquisa diferentes e tem o professor José Kenichi
12 como coordenador local do projeto. Acrescenta que, pelo calendário, as inscrições vão de
13 maio a junho de 2013, cuja primeira turma deve iniciar as atividades em 19 de agosto.
14 Passa a palavra ao professor Kenichi, que ressalta que o curso é de responsabilidade da
15 SBF e já foi aprovado pela CAPES com nota 4. O público-alvo é o docente da educação
16 básica graduado em física e áreas afins. Professor Serra solicita a aprovação da adesão
17 desse curso a CAPES, criando tal modalidade na UFABC. Ao ser questionado acerca dos
18 créditos aos docentes, professor Kenichi esclarece que, ao contrário do que é praticado
19 pelo ProfMat, não serão fornecidas bolsas aos professores. Serão contabilizados
20 aproximadamente 32 créditos, ao longo de 2 anos. Professor Serra completa, afirmando
21 que a distribuição de créditos segue o padrão da UFABC, e o impacto é muito baixo.
22 Findas as discussões, encaminha-se a proposta para votação. Aprovada por unanimidade.
23 Regimento Interno do Conselho do CCNH. Considerando a ausência do relator, o assunto
24 será mantido no Expediente da próxima sessão ordinária. Proposta de Política de
25 Segurança para UFABC. Professor Waldman passa a palavra para o coordenador da
26 Comissão de Políticas de Segurança (CPS), Expedito Nunes, que narra o histórico da
27 elaboração do documento que visa a definir as diretrizes, responsabilidades institucionais
28 e mecanismos de financiamento, gestão, acompanhamento e controle que deverão
29 orientar as ações e as regulações das comissões específicas e dos setores administrativos
30 responsáveis por aplicá-las. Marcos Rúbia, pontua que o Ministério Público emitiu a
31 Portaria nº 3, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de março de 2013, que
32 institui as diretrizes gerais da promoção à saúde do servidor público federal. Acredita que
33 a referência a esse documento, que é bastante extenso, deveria constar no item 3 da
34 Proposta, pois complementa a série de normativas. Cita algumas correções ortográficas.
35 Professor Dalpian esclarece que as políticas de segurança da informação, previstas na
36 página 10 do presente documento, são de responsabilidade do Comitê Estratégico da
37 Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC) e solicita que isto seja explicitado no
38 documento. O representante dos técnicos administrativos, Alexsandro, cita a importância
39 da segurança da saúde. Explica que existe o projeto de criação de uma Comissão Interna
40 de Saúde e Segurança do Servidor Público (CISP), que se equipara a Comissão Interna de
41 Prevenção de Acidentes (CIPA), na iniciativa privada. Tal comissão agiria como
42 fiscalizadora das condições de trabalho dos servidores. Criou-se um texto, que sofreu
43 uma série de cortes por parte da Procuradoria Jurídica. Faz-se necessário que uma



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 portaria seja emitida pelo ConsUni, mas ainda não houve uma conversa com o reitor.
2 Ainda não está instalada tal Comissão e acrescenta que deve haver um debate de como
3 trazer tal assunto ao ConsUni. Exedito esclarece que na página nove do documento é
4 prevista segurança do trabalho não só de servidores, mas também de terceiros. Reconhece
5 a autonomia do CETIC, mas a rigor a CPS está atrelada aos procedimentos. Entende que,
6 à medida que as referidas comissões forem dialogando, os ajustes serão colocados em
7 prática. Para o representante discente de graduação, Marco Aurélio, a instituição
8 determina o que é segurança de informação e as áreas trabalham de maneira a abarcar
9 esses níveis de segurança. Acredita que o CETIC deva receber orientações da CPS.
10 Professor Dalpian concorda e explica que o CETIC já adotou a postura de submeter, à
11 CPS, as políticas de segurança da informação, para avaliação. Professora Ruth questiona
12 se haveria uma comissão que se responsabilizaria por casos e situações de perseguição e
13 assédio. O representante dos técnicos administrativos, Alexsandro, questiona acerca da
14 privacidade dos dados, pois não há uma política de resguardo e acesso a esses dados.
15 Professor Douglas solicita esclarecimento com relação à composição da Comissão, no
16 que concerne a membros da Prefeitura Universitária. Sugere que poderiam ser dois
17 representantes, sendo um da segurança patrimonial e outro de segurança do trabalho.
18 Interroga ainda o porquê de esses representantes não terem direito a voto. Professor
19 Waldman pontua que há algumas instâncias, citadas no documento, que tratam da
20 segurança de informação e modula questões mais antigas, pois o cenário que se dá com
21 relação à insegurança já está modificado. Por meio do mundo virtual, as pessoas têm
22 acesso a outras pessoas e a questão do sigilo das informações está sendo gravemente
23 modificada. Acredita que a UFABC está razoavelmente protegida, por conta das
24 Comissões dedicadas a essa preservação dos dados. Professor Gilberto opina que devem
25 ser revistas as atribuições dos representantes docentes, uma vez que se trata de uma área
26 mais técnica. Sugere que esses docentes sejam indicados por seus pares, nos Centros, e
27 não pelo ConsUni, o que permitiria uma participação mais efetiva desses. Professora
28 Rosana demonstra-se simpática à sugestão do professor Gilberto, citando as diversas
29 reuniões em que não houve quórum, pela falta dos representantes docentes. O
30 representante dos técnicos administrativos, Henrique, demonstra preocupação com
31 relação à operacionalização das punições a quem ameaçar a segurança pessoal dos
32 servidores. Exedito esclarece alguns pontos. Com relação à representação da PU, foi
33 definida pelo ConsUni e a ideia é de apoio e contribuição nas ações. Com relação à
34 segurança pessoal, boa parte do que está previsto no documento tem como referência o
35 que se vem praticando na Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade de São
36 Paulo (USP). Com relação ao assédio, não há ainda nada definido, estando algumas
37 coisas previstas, mas nada regulado oficialmente. Professora Ruth declara que, por mais
38 que haja essas comissões, faz-se necessária a criação de uma Comissão específica para
39 casos de assédio, que se comprometa a dar uma solução para esses assuntos. Findas as
40 discussões, fica acordado que o assunto retornará na Ordem do Dia da próxima sessão.
41 Aprovação da reestruturação e alteração do nome do NIT para Agência de Inovação da
42 UFABC. Professor Klaus explica que, a partir do momento em o NIT passou a estar
43 vinculado à ProPes, foi realizado um estudo, com consultas internas na UFABC acerca



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 das competências do Núcleo, para que fossem feitas alterações operacionais. Elucida que
2 uma das principais alterações ocorre no nome do Núcleo, que passa a ser denominado
3 “*Agência de Inovação Tecnológica*”, permitindo que lhe sejam acrescentadas novas
4 competências, com base na Lei de Inovação. Passa a palavra à professora Anapatrícia,
5 que destaca a criação de uma nova divisão que estimule o empreendedorismo. Informa
6 que a Agência de Inovação Tecnológica vincula-se à ProPes e conta com uma
7 Coordenação, um Conselho Técnico Científico (CTC) e, também, quatro divisões
8 subordinadas à Coordenação: Divisão de Propriedade Intelectual (DPI); Divisão de
9 Transferência de Tecnologia (DTT); Divisão de Inteligência Estratégica (DIE) e Divisão
10 de Empreendedorismo Tecnológico (DET). Cita que o CTC será composto pelo
11 coordenador ou vice da Agência de Inovação, como presidente do CTC e membro nato;
12 um representante de cada Centro, indicado pela Direção do Centro; um representante da
13 Propladi; chefes de cada Divisão Técnica; um representante da ProPG; um representante
14 da ProEx. Elenca as atribuições de cada uma das divisões. A DPI será responsável por:
15 implementar e zelar pela manutenção da política de PI da UFABC; auxiliar os
16 pesquisadores em procedimentos para proteções junto aos órgãos competentes; avaliar e
17 emitir pareceres dos pedidos de proteção do conhecimento na UFABC; acompanhar o
18 processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da
19 UFABC; divulgar as informações sobre proteções consolidadas para fins comerciais
20 geradas no âmbito da UFABC e realizar atividades de disseminação sobre proteção à
21 propriedade intelectual. Já à DTT, caberá: desenvolver parcerias com o setor produtivo,
22 visando à transferência de tecnologias geradas no âmbito da UFABC; negociar as
23 licenças para a exploração das invenções; prover suporte técnico para elaborar convênios
24 e contratos de transferência de tecnologia; realizar a interlocução com parques
25 tecnológicos e arranjos produtivos locais; acompanhar contratos de transferência de
26 tecnologia; realizar atividades de prospecção de parcerias tecnológicas e de disseminação
27 sobre transferência de tecnologia. As atribuições da DIE são: realizar mapeamento e
28 gestão de competências tecnológicas (portfólio) da UFABC; apoiar a realização de
29 atividades de disseminação de proteção à PI, transferência de tecnologia e
30 empreendedorismo; realizar ações de divulgação interna e externa das atividades da
31 Agência de Inovação; realizar cursos de formação tecnológica continuada, em suas
32 diversas modalidades; apoiar ações na área de Tecnologia da Informação e Comunicação
33 (TIC) e prospectar ações que possibilitem promover a melhoria de desempenho do setor
34 produtivo. À DET caberá promover o empreendedorismo tecnológico; apoiar a criação e
35 crescimento de empresas de base tecnológica e de empreendimentos; promover
36 atividades relacionadas com a incubação de empresas no seio da UFABC; apoiar as
37 atividades da Empresa Júnior da UFABC; realizar atividades de disseminação sobre
38 empreendedorismo e avaliar solicitações de inventores independentes. O representante
39 dos discentes de graduação, Marco Aurélio, opina que o empreendedorismo fará da
40 UFABC uma universidade do século XXI. Professor Dalpian parabeniza o trabalho da
41 equipe e questiona porque trata somente de empreendedorismo tecnológico, já que a ideia
42 é ampliar seu escopo de atuação. Professora Anapatrícia explica que a ideia é incubar
43 empreendimentos das mais diversas naturezas, apesar de a área de atuação ser



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 essencialmente tecnológica. Professor Comarú pontua que se devem encontrar meios de
2 propor novas tecnologias, como as sociais, por exemplo. Interroga se há algum debate,
3 por parte do NIT, a respeito desse tema. Acredita que o nome “agência” remete a uma
4 natureza jurídica e interroga se existe essa aspiração. Aproveita para questionar quais os
5 mecanismos de prestação de contas. Professor Klaus esclarece que Agência é
6 terminologia utilizada em outras universidades e pela FAPESP. Discorda que se remete a
7 natureza jurídica. Com relação à prestação de contas, essa está prevista pelas instâncias e
8 legislação seguidas pela UFABC. Professor Adriano questiona se existe na UFABC uma
9 filosofia de se criar um espaço dessas incubadoras tecnológicas. Professor Klaus informa
10 que tal pensamento é mais antigo do que o próprio NIT. Esclarece, porém, que não está
11 prevista, nessa resolução, a criação de uma incubadora, uma vez que tal processo é
12 complexo e necessita de proposta concreta. O que está prevista é a interação com outras
13 incubadoras tecnológicas externas. Professora Anapátricia corrobora a intenção de que
14 sejam feitas atividades conjuntas de incubação. Finaliza, afirmando que há um trabalho
15 grande a ser feito, em que a Agência será mais divulgada, a fim de mostrar suas intenções
16 e atividades à UFABC e de que maneira ela pode auxiliar os pesquisadores. Findas as
17 discussões, acorda-se que o assunto retornará na Ordem do Dia da próxima sessão.
18 Proposta de revogação do Art. 2º do Ato Decisório ConsUni nº 06/2009, que estabelece
19 que as atividades referentes à modalidade de Ensino à Distância deverão ser previamente
20 submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Universitário da UFABC. Professor
21 Dalpian apresenta proposta de revogação do Art. 2º do Ato Decisório nº 06/2009 a
22 respeito da modalidade de ensino à distância (EAD) na UFABC. No ano de 2009 foram
23 propostos alguns cursos de especialização na modalidade EAD pela CAPES. Menciona
24 que na época ocorreram diversas discussões a respeito da modalidade de tais cursos. Foi
25 então resolvida a aprovação dos seguintes cursos: “Especialização em Ciência e
26 Tecnologia” e de “Especialização em Tecnologias e Sistemas de Informação”, ambos na
27 modalidade EAD. No entanto, o Art. 2º, a saber, “*Estabelecer que as demais atividades*
28 *referentes à modalidade de ensino à distância deverão ser previamente submetidas à*
29 *apreciação e aprovação do Conselho Universitário da UFABC*”, rezava que qualquer
30 ação por meio EAD deveria obrigatoriamente ser submetido à aprovação do ConsUni.
31 Considerando o avanço existente em relação a essa ferramenta de ensino, avalia que o
32 referido artigo torna-se uma barreira para o desenvolvimento desta modalidade na
33 UFABC. Explica a evolução dos cursos à distância. Menciona o crescimento da
34 utilização de tal ferramenta pelos docentes nos cursos presenciais. Informa que os cursos
35 serão os mesmos que constam no ato e destaca que os cursos à distância terão o mesmo
36 trâmite que os cursos presenciais. Sendo assim, deixa claro que o objetivo consiste em
37 mostrar à comunidade que a UFABC posiciona os cursos na modalidade à distância no
38 mesmo patamar que os cursos presenciais. Professor Marvulle relembra que, há cerca de
39 quatro anos atrás, não se tinham os conhecimentos de hoje acerca dessa tecnologia e na
40 época havia preconceito em relação a essa modalidade. Considera importante revogar o
41 referido artigo, pois hoje em dia com a disseminação das ferramentas de ensino é
42 necessário a UFABC acompanhar tal avanço. Posiciona-se favorável à revogação.
43 Professora Rosana questiona sobre a possibilidade da passagem do item para a ordem do



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 dia. Professor Gilberto destaca o avanço das tecnologias e também se mostra favorável à
2 revogação. Para complementar, professora Rosana destaca que hoje os mecanismos estão
3 mais claros. No ensejo, professor Waldman comenta a percepção e a evolução da
4 modalidade do ensino à distância no mundo atual. Considera como o método de ensino
5 do futuro, menciona que não existem diferenças entre modalidade presencial e à
6 distância, o que prevalece é o ensino, independente da forma, o professor está presente.
7 Em seguida, professor Waldman encaminha para votação a promoção do item à Ordem
8 do Dia. Depois de secundada, aprovada por unanimidade. Não havendo mais discussões,
9 encaminha-se para votação o documento. Aprovado com 2 abstenções. Minuta de
10 resolução que estabelece procedimentos para criação de Cursos de Graduação no âmbito
11 dos Conselhos Superiores da UFABC. A representante da ProGrad, Eliane Nascimento,
12 apresenta a minuta de resolução que tem como objetivo a regulamentação dos Art. 4º, 19
13 e 20 do Regimento Geral e um do Estatuto acerca da criação de cursos. Menciona que
14 terá uma competência dupla, entre ConsUni e ConsEPE. Sendo que este aprovaria o
15 plano pedagógico e aquele, a criação do curso. Destaca que a Resolução ConsEPE nº 140
16 define o fluxo dos projetos pedagógicos dos cursos, porém os membros da CG
17 constataram a necessidade de um documento para regulamentar os procedimentos de uma
18 proposta de novo curso. Em seguida, menciona o Art. 1º: “*A criação de cursos de*
19 *graduação no âmbito da UFABC será de competência de ambos os Conselhos*
20 *superiores, ConsUni e ConsEPE, de acordo com suas especificidades. § 1º - Compete ao*
21 *ConsUni avaliar inicialmente as condições de infraestrutura para implementação de*
22 *novos cursos de graduação, bem como posteriormente aprovar a criação dos mesmos. §*
23 *2º - Compete ao ConsEPE avaliar o projeto pedagógico dos novos cursos.”* Esclarece
24 que as competências serão de ambos os Conselhos. Passa à leitura do Art. 2º:
25 “*Inicialmente, os proponentes de um novo curso de graduação deverão encaminhar ao*
26 *ConsUni um Projeto preliminar de curso onde deverão constar os seguintes tópicos:*
27 *justificativa para criação do curso; pertinência da criação do curso na UFABC e*
28 *aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente; perspectiva*
29 *interdisciplinar do curso; estimativa de demandas de pessoal (docente e técnico*
30 *administrativo) e de infraestrutura para a implementação do curso”.* Acerca do referido
31 artigo cita os proponentes; o encaminhamento do projeto preliminar com as justificativas
32 entre outros. Após essa etapa, o ConsUni emitirá um parecer deixando claro a viabilidade
33 da criação do novo curso. Nesse intuito, segue para o Art. 3º: “*A partir da emissão de*
34 *parecer do ConsUni, apontando a viabilidade da criação do novo curso, o Projeto*
35 *Pedagógico completo deverá ser submetido ao processo de análise pelo ConsEPE, de*
36 *acordo com os trâmites e etapas descritos na resolução ConsEPE nº 140 ou outra que*
37 *venha a substituí-la.”* Nesse artigo, ocorrerá a análise do projeto pedagógico pelo
38 ConsEPE. Por fim, o Art. 4º: “*Após aprovação do Projeto Pedagógico do novo curso,*
39 *deverá ser encaminhado ao ConsUni o pedido de criação do curso. Para a criação do*
40 *curso deverá ser observada a coerência entre o Projeto Preliminar de curso e o Projeto*
41 *Pedagógico aprovado pelo ConsEPE.”* Explica que o ConsUni atuará na avaliação da
42 viabilidade técnica do curso e o ConsEPE avalia e aprova o projeto pedagógico. Após
43 isso, o ConsUni aprovará a resolução de criação do curso. Destaca que o objetivo



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 principal é a organização e regulamentação dos procedimentos para a criação de cursos.
2 O representante dos discentes da pós-graduação, Rafael Saad, questiona sobre o Art. 2º,
3 referente aos proponentes para sugerir a criação de cursos. A essa dúvida, Eliane e
4 professor Waldman esclarecem que os proponentes podem ser qualquer pessoa da
5 comunidade, porém, a proposta deve ser feita por intermédio de um Conselheiro do
6 ConsUni. Professor Gilberto sugere a definição de prazos para o trâmite da proposta.
7 Considera que ao levá-la ao ConsUni para análise acerca da viabilidade técnica do curso
8 e, ao emitir o parecer, solicita-se o estabelecimento de um prazo, para saber exatamente
9 quando terão salas disponíveis entre outros pontos técnicos. Nesse sentido, professor
10 Marvulle questiona a respeito da criação de cursos e menciona a proposta de 3 cursos
11 oriundos do CMCC, são eles: Estatística, Engenharia da Computação e Licenciatura em
12 computação. O intuito desse esclarecimento é acerca da consulta, questiona se tem que
13 constar somente a viabilidade do curso ou é necessário ter todos os dados técnicos, como
14 número de docentes, laboratórios, salas de aula. A essa dúvida, Eliane responde
15 positivamente, sendo, portanto, necessário o levantamento de tais dados conforme
16 exposto no Art. 2º. O Conselheiro Gustavo Galati mostra-se satisfeito com o trâmite do
17 assunto. Esclarece que uma resolução como essa é interessante para regulamentar a
18 criação de cursos. Corroborar com a fala do professor Gilberto, que consiste em explicitar
19 um prazo para a conclusão do projeto. Considera que, após uma submissão ao ConsUni
20 não há necessidade de ser submetido novamente. Assim, o representante dos discentes da
21 graduação Marco Aurélio solicita esclarecimentos a respeito da criação de um curso de
22 graduação, que tenha disciplinas de dois Centros, qual seria o Centro responsável por tal
23 curso. A essa questão, professor Marvulle sugere realizar um conjunto entre os Centros
24 para aplicar as disciplinas. Professor Waldman destaca que não há impedimentos se, por
25 ventura, um curso possuir dois Centros. Nesse sentido, professor Marvulle cita o curso de
26 Bacharelado em Estatística que também segue esse mesmo processo. Findas as
27 discussões, acorda-se que o item segue para a Ordem do Dia da próxima sessão ordinária.
28 Edital para abertura de concurso público para provimento de cargo isolado de professor
29 titular livre do Magistério Superior. Professor Waldman informa que a Lei nº 12.772, de
30 28 de dezembro de 2012 foi aprovada, porém alguns problemas que foram apontados
31 antes da aprovação não foram levados em conta. Cita que, em 2012, o ConsUni aprovou e
32 enviou uma Moção de apoio ao manifesto de alerta sobre esses problemas. O governo,
33 nas próximas semanas, irá decidir sobre uma Medida Provisória para reparação de alguns
34 desses pontos, inclusive a questão do nível exigido para contratação. Esclarece também
35 que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
36 (Andifes) irá discutir a respeito do assunto em seu próximo encontro. Dessa forma, o item
37 em discussão não se torna urgente. Com isso, solicita a passagem para o final da pauta, a
38 fim de se estender as discussões. Professor Klaus posiciona-se, afirmando que o
39 Ministério da Educação (MEC) não passou o direcionamento nem as normativas sobre o
40 assunto e sugere que não seja iniciada a discussão do item nesta reunião. Professor
41 Marvulle corrobora com a sugestão da retirada de pauta e solicita para que seja discutido
42 na próxima sessão ordinária. Nesse sentido, professor Waldman esclarece que se for
43 necessário, haverá reunião extraordinária acerca do assunto. Alguns Conselheiros



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

1 questionam e comentam sobre a medida provisória. Professor Waldman confirma que a
2 decisão sobre a medida provisória será do Governo e acata a proposta da retirada de
3 pauta. Inclusão do item 4.2 no Edital de Condições Gerais para Contratação de Docentes.
4 Professor Dalpian pontua que a sugestão refere-se à inclusão do seguinte item: “4.2.
5 *Qualquer uma das fases do concurso, descritas nesse edital, deverão ser feitas*
6 *obrigatoriamente em língua portuguesa ou em língua inglesa*”. Em relação às questões
7 jurídicas, informa que a Procuradoria Jurídica da UFABC encaminhou um parecer
8 positivo sobre a realização da prova em inglês. Menciona os benefícios que tal inclusão
9 traz, como por exemplo, a internacionalização da UFABC. O representante dos técnicos
10 administrativos, Henrique, posiciona-se favorável à proposta, porém ressalta a
11 importância de primeiro se consolidar o Núcleo de Idiomas e cita sua preocupação com
12 relação aos docentes que têm dificuldades com a língua portuguesa. De acordo,
13 professora Ruth menciona que 50% dos alunos da UFABC são provenientes do regime de
14 cotas e que algumas disciplinas ministradas em inglês acabariam por excluir esses alunos.
15 Nesse sentido, diversos Conselheiros corroboram com as informações prestadas acerca da
16 preparação dos alunos para receberem as disciplinas em inglês, tanto quanto a preparação
17 dos docentes em ministrar essas disciplinas. Com isso, professor Waldman considera que
18 o assunto envolve grandes dificuldades. No entanto, considera que o inglês consolidou-se
19 como uma língua internacional e se permitir-se que o aluno saia da UFABC sem aprender
20 essa língua, será considerada uma exclusão maior ainda. Nesse sentido, professor Serra
21 informa que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
22 aprecia essa iniciativa. Com isso, professor João Paulo sugere que seja separado o assunto
23 entre professores visitantes e efetivos, facilitando assim a discussão. Para acrescentar,
24 professor Comarú relembra que nas discussões do PDI, os três grandes princípios foram:
25 interdisciplinaridade, excelência e inclusão e que essa iniciativa precisa vir junto de
26 outras medidas para se evitar ir contra tais princípios. Após mais explanações de alguns
27 Conselheiros, professor Waldman encaminha o item para a Ordem do Dia da próxima
28 sessão ordinária. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor
29 agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h23. Do que para constar, nós,
30 Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Aline Regina Bella, Aline Santiago
31 Barboza, Daniely Dias Campos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em
32 administração da Secretaria-Geral, em conjunto com a secretária-geral, lavramos e
33 assinamos a presente Ata aprovada pelo reitor, professor Helio Waldman e pelos demais
34 presentes à sessão.

Fabiane Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Aline Regina Bella
Assistente em Administração

Aline Santiago Barboza
Assistente em Administração

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/2013
ORDINÁRIA

Thiene Pelosi Cassiavillani
Assistente em Administração

Soraya Aparecida Cordeiro
Secretária-Geral

Helio Waldman
Reitor